

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)
NÚCLEO DE SAÚDE (NUSAU)
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA (DEPSI)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO EM PSICOLOGIA (MAPSI)**

BRUNO HENRIQUE LINS ANDRADE

**“EU ME LIBERTEI DA VIOLÊNCIA”:
A PARTICIPAÇÃO DE TATI NO PROJETO ABRAÇO**

**Porto Velho-RO
2020**

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)
NÚCLEO DE SAÚDE (NUSAU)
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA (DEPSI)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO EM PSICOLOGIA (MAPSI)**

BRUNO HENRIQUE LINS ANDRADE

**“EU ME LIBERTEI DA VIOLÊNCIA”:
A PARTICIPAÇÃO DE TATI NO PROJETO ABRAÇO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Psicologia Escolar e Processos Educativos.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Ivonete Barbosa Tamboril.

Porto Velho-RO
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

A553e Andrade, Bruno Henrique Lins.

"Eu me libertei da violência": a participação de Tati no Projeto Abraço /
Bruno Henrique Lins Andrade. -- Porto Velho, RO, 2020.

122 f.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Maria Ivonete Barbosa Tamboril

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Psicologia) - Fundação Universidade
Federal de Rondônia

1.Gênero. 2.Violência contra mulheres. 3.Políticas Públicas. 4.Intervenção
em grupo. I. Tamboril, Maria Ivonete Barbosa. II. Título.

CDU 343.6-055.2:159

BRUNO HENRIQUE LINS ANDRADE

**“EU ME LIBERTEI DA VIOLÊNCIA”:
A PARTICIPAÇÃO DE TATI NO PROJETO ABRAÇO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Psicologia Escolar e Processos Educativos.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Maria Ivonete Barbosa Tamboril

Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Profa. Dra. Juliana da Silva Nóbrega

Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Profa. Dra. Juliana Vieira Sampaio

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Dissertação defendida e aprovada em: 08/12/2020

*Quando conhecemos o amor, quando amamos,
é possível enxergar o passado com outros olhos;
é possível transformar o presente e sonhar o futuro.
Esse é o poder do amor. O amor cura.*

bell hooks

*A maldade pode matar alguns, mas é a persuasão, o apelo à razão,
que pode levar a fazer as coisas muito mais terríveis.*

Agnes Heller

*Não vou mais aceitar as coisas que não posso mudar.
Vou mudar as coisas que não posso aceitar.*

Angela Davis

Agradecimentos

Há tanto a agradecer que mal sei por onde começar.

Pensei primeiramente na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Dia desses vi na internet um “meme” – acho que a essa altura esta palavra já deve estar praticamente dicionarizada, mas se não estiver deixo registrado que me refiro aos conteúdos que rapidamente se espalham virtualmente, muitos deles caracterizados por um humor ácido – dizendo que para o aluno a UNIR é sofrimento. Não sei se entendi tão bem, mas achei interessante e em algum grau concordei com essas palavras, que para mim não soaram como crítica, mas como homenagem. Talvez seja como já vi alguém falar por aí, que a universidade em si não abriga felicidade, já que nela temos a oportunidade de ouvir ideias que tem o potencial de nos tirar da relativamente confortável ignorância. Aliás, nem sei se é possível afirmar isso sobre todas as universidades e dizer que esse processo de desvelamento acontece com todas as pessoas que passam por elas. Posso, no entanto, falar por mim. E é por isso que agradeço a esta instituição, que colaborou para minha transformação-libertação, processo de alguma forma semelhante ao que aconteceu com Tati.

Aliás, aqui também quero, preciso e devo expressar minha gratidão à Tati, por ter me contado sua história. Não só por isso, mas pela sua confiança, demonstrada na forma como compartilhou comigo o que viveu durante a infância, adolescência e recente vida adulta. A escuta de pessoas como você me faz acreditar que as mudanças não só são possíveis como estão ocorrendo, bem como me lembram que sem mudança pessoal é difícil existir mudança social.

Às novas conexões cultivadas durante o mestrado, principalmente Arthur, Danielle, Maquezia e Eliane. Como diz a protagonista de *Anne de Green Gables*, é surpreendente saber que existem tantas almas irmãs no mundo. Assim como teorizamos em Gestalt-terapia, toda relação genuína possibilita o surgir de algo novo, ser diferente do que se era, e é assim que me sinto com vocês.

Às antigas conexões que reencontrei neste percurso também, já que como diria minha avó, não se deve desprezar amores velhos por amores novos. Cito aqui Camila, amiga desde a graduação, Vincent, Jéssica e Gabrielle. Exponho ainda minha apreciação ao restante da turma, do qual não estive tão próximo, mas que felizmente tive o prazer de conhecer. Deixo aqui também meu carinho à Beatriz, que muito me auxiliou com uma revisão do primeiro artigo.

À Coordenadoria Regional de Educação em Vilhena, que me recebeu com entusiasmo aqui na cidade e me apoiou durante as idas e vindas que ocorreram logo no começo desse

processo de mudança. Devo também mencionar a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Álvares de Azevedo, que é onde tenho vivido o cotidiano escolar em todas as suas limitações e potencialidades.

Às minhas grandes famílias, paterna e materna, sem as quais eu não seria metade das contradições que sou. Não digo isso em um sentido pejorativo, pelo contrário, falo dos contrastes gostosos do tipo “cada um sabe a alegria e a dor que traz no coração”, citando Titãs. Falando em família, não posso esquecer minha antiga psicóloga, Sonia Marini, que colaborou muito para que eu olhasse para minhas relações parentais de uma forma diferente, podendo a partir disso me reposicionar na Vida.

Às/aos professoras/es do Mestrado Acadêmico em Psicologia (MAPSI) no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UNIR, reconheço aqui suas grandes contribuições para minha formação pessoal-profissional: Vanderleia Schlindwein, Iracema Tada, Sonia Shima, Luís Alberto Matos, Ivonete Tamboril e Ana Maria de Lima Souza, vítima de COVID-19, cuja partida não fez perder os ensinamentos deixados conosco.

À Juliana Nóbrega, você não só me ensinou teorias sobre a pesquisa do/no cotidiano, mas também me mostrou na prática uma aula dialógica que considera as relações de poder em sala de aula. Não foram muitas/os que conseguiram me proporcionar esse sentimento de que mesmo como estudante posso ter algo a ensinar. Estimo ainda seu aceite para participar da avaliação e trazer colaborações a este trabalho. Como disse, há muito de nosso encontro neste estudo.

À Juliana Sampaio, agradeço por sua disponibilidade manifesta desde o convite para fazer parte na qualificação desta dissertação, e pelas contribuições que desde ali trouxe para a melhoria deste texto. Seu olhar cuidadoso ajudou muito e marca presença em muitas partes do que escrevi. Citando você em seu e-mail de aceite, “que maravilha a internet proporcionar esses encontros e trocas de informações”. De fato, uma maravilha!

Ao pessoal do Núcleo de Perícia Psicossocial do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Porto Velho: Aline Dantas, Mariangela Onofre, Cristiano Côrrea, Martius Brandão e Álvaro Ferro, pela receptividade que demonstraram a nós e à nossa pesquisa. Em especial à Aline, por ter me concedido um tanto de seu tempo para falar do Projeto Abraço.

Ao Grupo Amazônico de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação (GAEPPE), que me acolhe desde a graduação e com o qual eu pude caminhar bastante neste eterno processo de aprendizagem. E ao Laboratório de Escrita Científica (LAESC), que mesmo realizado de forma virtual devido às atuais circunstâncias, muito colaborou para o desenvolvimento deste trabalho enquanto proporcionou momentos de cooperação à distância.

À minha família mais próxima – Dena, Nunes e Suelem – necessito dizer que sem o apoio de vocês eu jamais teria conseguido chegar até aqui. “Abra seu coração para aqueles que o amam, mas que não o compreendem”. Estas palavras, escritas há tempos pela minha grande mestra no curso de Psicologia, Hercília Junqueira, foram o começo do que eu enxergo como uma grande mudança, da minha parte para com vocês. Espero que consigamos continuar superando as dificuldades que apareceram/em, e que mesmo com a distância nossos laços continuem se fortalecendo.

A ti, Ivonete, por esta parceria de sete anos. Considero um privilégio ter te conhecido e trilhado parte do meu caminho ao seu lado. Sinto-me também privilegiado por poder hoje me dizer seu amigo, já que no transcorrer desse tempo construímos uma relação próxima. As memórias acadêmicas ficarão, mas as que guardarei com maior afeto serão aquelas de quando nos encontramos em momentos de festa, pois pensar em você me faz lembrar o quanto também é importante celebrar a Vida.

À Este que chamamos Universo e seus grandes mistérios, coincidências e nexos, que me instigam a permanecer vivo para mais desses momentos em que tudo parece fazer um mágico sentido, coisas que acontecem e que ainda não sabemos explicar. Como canta Letrux, “Eu queria estar em todas as coincidências do mundo, porque é onde todo mundo está um pouco mais místico”.

Por fim, agradeço a você que dedicará seu tempo para ler o que eu escrevi.

Resumo

ANDRADE, Bruno Henrique Lins. **“Eu me libertei da violência”**: a participação de Tati no Projeto Abraço. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Mestrado Acadêmico em Psicologia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2020.

Este é um estudo sobre violência contra mulheres em Porto Velho, Rondônia. Neste município, a sanção da Lei 11.340 em 2006 colaborou para uma melhor visualização da magnitude deste problema, demonstrada pelo grande número de processos em andamento no juizado específico da cidade. Este, por meio de seu núcleo de perícia psicossocial, realiza o Projeto Abraço, caracterizado principalmente pelas reuniões em grupo com homens e mulheres encaminhados pelo juiz. O objetivo principal desta pesquisa, apresentada em dois artigos, foi analisar os efeitos do grupo reflexivo deste projeto a partir da narrativa de uma egressa que participou dele em 2015. O primeiro artigo é uma revisão de estudos empíricos produzidos em Porto Velho após a criação da Lei 11.340. Foram encontrados 46 estudos, que refletem as características da violência e do atendimento especializado às mulheres em situação de violência na cidade. As fragilidades da Rede de Atendimento Especializada na capital de Rondônia, bem como os altos índices de violência contra mulheres são, em análise, um reflexo da Região Norte e do próprio Brasil. No segundo artigo, baseado em duas entrevistas, são expostas a metodologia do Projeto Abraço e uma análise do grupo de mulheres realizado no serviço. A chefe do lugar que realiza as reuniões define os grupos como abertos e semidirigidos, desenhados em dez reuniões com exposição dialogada de temas relacionados à violência doméstica e familiar contra mulheres. A narrativa de Tati, que participou das reuniões em 2015, informa que o grupo foi importante para o seu fortalecimento, permitindo que rompesse com a violência que vivia desde a infância. Além disso, a reflexão em conjunto com outras mulheres em situação de violência também colaborou para compreensão da violência como problema social. Porém, ela não citou discussões relacionadas a gênero, relações de poder, machismo e/ou patriarcado. Assim, por mais que as reuniões em grupo tenham importância para mudar a situação das mulheres, dez reuniões certamente não são suficientes para desvelar a violência de gênero. O mais adequado seria que além das intervenções desse tipo, fosse garantida a realização da discussão de gênero nos diversos níveis educativos, algo já previsto desde a Lei 11.340. Esperamos que as reflexões decorrentes desse trabalho possam trazer contribuições às políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres.

Palavras-chave: Gênero. Violência contra mulheres. Políticas Públicas. Intervenção em grupo.

Abstract

ANDRADE, Bruno Henrique Lins. **“I broke free from violence”**: Tati’s participation in the “Projeto Abraço”. 2020. Dissertation (Master’s Degree in Psychology) – Academic Master’s Degree in Psychology, Federal University of Rondonia, Porto Velho, 2020.

This study is about violence against women in Porto Velho, Rondonia. In this city, creation of law 11340 in 2006 contributed to a better understanding of the magnitude of this problem, illustrated by the large number of lawsuits in progress in the specific court. This court also offers psychosocial care, especially through groups for men and women referred by the judge. The main objective of this research, presented in two articles, was to analyze the effects of the reflective group of this project based on the narrative of a woman who attended the meetings in 2015. The first article is a review of empirical studies produced in Porto Velho after the creation of Law 11.340. Forty six studies were found, which reflect the characteristics of violence and specialized care for women in situation of violence the city. The weaknesses of the Specialized Care Network in the capital of Rondonia, as well as the high rates of violence against women are, in analysis, a reflection of the North Region and of Brazil itself. In the second article, based on two interviews, the Abraço Project methodology and an analysis of the women’s group in the service are exposed. The head of the place that conducts the meetings defines the groups as open and semi-directed, designed in ten meetings with dialogued exposition of themes related to domestic and family violence against women. Tati's narrative, who attended the meetings in 2015, shows that the group was important for her strengthening, allowing her to break free from the violence that she lived since childhood. In addition, reflection with other women in situations of violence also contributed to the understanding of violence as a social problem. However, she did not cite discussions related to gender, power relations, machismo and/or patriarchy. Thus, as much as group meetings are important to change the situation of women, ten meetings are certainly not enough to unveil gender violence. The most appropriate would be that in addition to interventions of this type, discussions on gender at the various educational levels were guaranteed, something already provided for by Law 11.340. We hope that the reflections resulting from this work can contribute to public policies to combat violence against women.

Keywords: Gender. Violence against women. Public Policies. Group Intervention.

Resumen

ANDRADE, Bruno Henrique Lins. “**Me liberé de la violencia**”: La participación de Tati en el “Projeto Abraço”. 2020. Disertación (Maestría en Psicología) – Maestría Académica em Psicologia, Universidad Federal de Rondônia, Porto Velho, 2020.

Este estudio trata sobre la violencia contra las mujeres en Porto Velho, Rondonia. En esta ciudad, la sanción de la ley 11340 en 2006 contribuyó a una mejor comprensión de la magnitud de este problema, ilustrado por la gran cantidad de demandas en curso en el tribunal específico. Este tribunal también ofrece atención psicosocial, especialmente a través de grupos para hombres y mujeres referidos por el juez. El objetivo principal de esta investigación, presentada en dos artículos, fue analizar los efectos del grupo reflexivo de este proyecto a partir de la narrativa de una mujer que participó en 2015. El primer artículo es una revisión de los estudios empíricos producidos en Porto Velho luego de la creación de la Ley 11.340. Se encontraron 46 estudios, que reflejan las características de la violencia y la atención especializada a la mujer en situación de violencia en la ciudad. Las debilidades de la Red de Atención Especializada en la capital de Rondônia, así como las altas tasas de violencia contra las mujeres son, en análisis, un reflejo de la Región Norte y del propio Brasil. En el segundo artículo, a partir de dos entrevistas, se expone la metodología del Proyecto Abraço y un análisis del grupo de mujeres realizado en el servicio. El responsable del lugar que conduce los encuentros define los grupos como abiertos y semidirigidos, diseñados en diez encuentros con exposición dialogada de temas relacionados con la violencia doméstica y familiar contra las mujeres. La narrativa de Tati, quien participó de las reuniones en 2015, informa que el grupo fue importante para su fortalecimiento, permitiéndole romper con la violencia que había experimentado desde la infancia. Además, la reflexión con otras mujeres en situaciones de violencia también contribuyó a la comprensión de la violencia como un problema social. Sin embargo, no citó discusiones relacionadas con género, relaciones de poder, machismo y/o patriarcado. Por tanto, aunque las reuniones de grupo son importantes para cambiar la situación de las mujeres, diez reuniones ciertamente no son suficientes para revelar la violencia de género. Lo más apropiado sería que además de intervenciones de este tipo, se garantizara la discusión de género en los distintos niveles educativos, algo ya previsto por la Ley 11.340. Esperamos que las reflexiones resultantes de este trabajo puedan contribuir a las políticas públicas para combatir la violencia contra las mujeres.

Palabras clave: Género. Violencia contra las mujeres. Políticas Públicas. Intervención Grupal.

Lista de siglas

| | |
|--------------|---|
| BBC | British Broadcasting Corporation |
| CAAE | Certificado de Apresentação para Apreciação Ética |
| CEP | Conselho de Ética em Pesquisa com Seres Humanos |
| CFP | Conselho Federal de Psicologia |
| CIG | Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género |
| CNJ | Conselho Nacional de Justiça |
| CNPQ | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| CPMI | Comissão Parlamentar Mista de Inquérito |
| DEAM | Delegacia Especializada no Atendimento às Mulheres |
| DHJUS | Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça |
| FBSP | Fórum Brasileiro de Segurança Pública |
| GAM | Grupos de Ajuda Mútua |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| JVDFCM | Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher |
| LMP | Lei Maria da Penha |
| MAPSI | Mestrado Acadêmico em Psicologia |
| MMFDH | Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos |
| NIJ | National Institute of Justice |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| ONU Mulheres | Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres |
| PIBIC | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica |
| PVHNPPS | Núcleo de Perícia Psicossocial do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Porto Velho/RO |
| SBP | Sociedade Brasileira de Pediatria |
| SMTR | Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais |
| SPM | Secretaria de Políticas para as Mulheres |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| TJRO | Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia |
| UNIR | Universidade Federal de Rondônia |

Sumário

| | |
|--|----|
| Palavras iniciais _____ | 13 |
| Sobre meu caminho-este texto _____ | 14 |
| Para começo de conversa _____ | 18 |
| Em minha Vida, meu tema de pesquisa _____ | 19 |
| Algumas histórias envolvendo sexo e gênero _____ | 26 |
| Mulheres, desigualdades e violências _____ | 34 |
| Primeiro artigo _____ | 39 |
| Meio de conversa _____ | 40 |
| Continuando as reflexões _____ | 41 |
| Intervenções de grupo em violência contra mulheres _____ | 44 |
| Segundo artigo _____ | 52 |
| Fim de conversa _____ | 53 |
| Referências da dissertação _____ | 57 |
| Referências das epígrafes (na ordem citada) _____ | 66 |
| Apêndice A. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) _____ | 67 |
| Apêndice B. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) _____ | 69 |
| Apêndice C. Roteiro para entrevista com egressa _____ | 71 |
| Apêndice D. Temas para entrevista com chefe do PVHNPPS _____ | 72 |
| Apêndice E. Termo de anuência da instituição _____ | 73 |
| Apêndice F. Termo de anuência da instituição _____ | 74 |

PALAVRAS INICIAIS

O processo de viver é feito de erros – a maioria essenciais – de coragem e preguiça, desespero e esperança de vegetativa atenção, de sentimento constante (não pensamento) que não conduz a nada, não conduz a nada, e de repente aquilo que se pensou que era “nada” – era o próprio assustador contato com a tessitura do viver.

Clarice Lispector

Sobre meu caminho-este texto

Muito embora este trabalho seja decorrente de minha pesquisa realizada neste mestrado acadêmico, entendo que sua construção (em termos universitários) começou muito antes, em 2013, quando me juntei a uma pesquisa conduzida por minha orientadora, naquela época e agora, Ivonete Tamboril. Naquele momento eu era apenas uma pessoa/um estudante em busca de mim e do melhor caminho para construir minha Vida. Não sabia muito bem o que queria, mas estava consciente de que precisava descobrir.

Entreí então no projeto “Violência contra as mulheres e as políticas públicas de enfrentamento em Porto Velho-RO”, que se estendeu até 2015. Esta escolha me levou a compor, junto com Aline Xavier, Naiara Alves e Prisma Barbosa, um grupo de estudo que fez de sua iniciação científica uma vivência de grandes descobertas, reflexões e diversões. Hoje distantes fisicamente, fomos na época um quarteto de pesquisa que até hoje me traz doces lembranças e alegrias.

No começo da iniciação científica nos debruçamos sobre dados quantitativos que já deixavam explícito que as portovelhenses sofriam/sofrem diariamente com a violência. As entrevistas realizadas com implementadoras das políticas públicas que estudávamos também confirmavam isso, e ainda informavam o quão trabalhoso tinha sido implantar na cidade os dispositivos e serviços de enfrentamento à violência contra mulheres.

Em 2015, último ano da minha graduação, fui convocado para estagiar no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO), mais especificamente no Núcleo de Perícia Psicossocial do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Porto Velho, localizado à época no Fórum Sandra Nascimento, situado à Avenida Rogério Weber, próximo à famosa “praça do Baú”. Ali realizei a última parte da iniciação científica, levantando dados quantitativos sobre as pessoas recebidas naquele juízo.

Na mesma época eu estava vivendo os estágios do último ano da universidade, então eu estava trabalhando/estagiando, pesquisando e estudando, o que apesar de cansativo, mostrou-se posteriormente de grande proveito para meu desenvolvimento profissional-pessoal. Neste caso posso dizer que grande parte do cansaço vinha da vontade de poder fazer mais para modificar determinadas situações apresentadas durante minha prática.

Outra parcela da “carga” que me cansava vinha da escuta das mulheres que chegavam à clínica-escola da universidade. Em suas histórias muitas vezes traziam fatos “pesados”, acontecimentos antigos que elas haviam trancado em um baú que carregavam nas costas e lhes

oprimia de várias formas que não tinham consciência. Cuidar dessas mulheres era cansativo. Quando digo cuidar, refiro-me ao “[...] desprendimento de si e um voltar-se para o outro, numa relação de afetividade, de interesse genuíno e de atenção para com a pessoa de quem se cuida” (CARDOSO, 2013, p. 67).

Algumas mulheres só ficavam no atendimento até contar algo que diziam nunca terem compartilhado antes, depois “desapareciam” – aos poucos fui compreendendo que elas haviam esperado muito tempo por uma escuta genuína. Outras queriam ser reparadas pelos danos sofridos em uma época anterior de suas vidas. Ou mais, queriam apagar da memória certos episódios que lhes marcaram a existência – adolescentes e adultas que compartilharam comigo os abusos sexuais que viveram dentro de casa, cometidos por homens de sua família. Mulheres que foram desacreditadas, negligenciadas e/ou culpabilizadas por suas famílias quando decidiram romper o silêncio.

Nesses momentos, creio que não haja outra palavra, o que eu sentia era mesmo impotência. No fim das contas, percebi que sozinho não podia mudar a vida de ninguém, coisa que eu já sabia racionalmente por conta da formação, mas que apenas na prática pude começar a registrar emocionalmente. Podia, no entanto, falar mais sobre a violência contra mulheres, onde quer que eu estivesse, e assim fiz. Em toda discussão, em toda supervisão, em todo lugar que eu estava, se eu percebia que alguma leitura não trazia à tona as desigualdades construídas entre homens e mulheres, eu o fazia.

No juizado, pude ter também um contato mais frequente com mulheres em situação de violência e com os homens que as haviam agredido. Tive a oportunidade de acompanhar as reuniões do Projeto Abraço, em que elas/eles participavam quando encaminhadas/os pelo juiz. Lá eu também participava do processo de acolhimento, no qual anotava alguns dados e escutava a história que cada um e cada uma tinha a contar sobre o episódio que havia gerado a denúncia com base na Lei 11.340, a Lei Maria da Penha. Fui também facilitador algumas vezes no grupo de mulheres, ocasiões em que prezei pelo diálogo e escuta em conjunto.

Após finalizar a graduação, segui em atendimentos clínicos, e continuei a encontrar mulheres e homens vivendo relações de desigualdade e dramas de gênero, fosse na família, no romance ou trabalho. Dramas que me atingiam a partir do momento em que eu assumia um atendimento. Certa vez, trabalhando voluntariamente na clínica-escola da universidade em que me formei, o namorado de uma moça, após me ver, não permitiu que eu continuasse a atender a filha da mulher. Fiquei sabendo isso pela própria, na sessão seguinte, quando veio sozinha para me informar. Foi quando a convidei para a terapia, pois além do que ela tinha acabado de

me dizer, havia outras questões que eu tinha percebido durante as sessões dela com a filha. Ela aceitou, e em uma das sessões foi mais uma a me relatar abuso sexual durante a infância. Lembro como foi muito difícil para ela reviver esse trauma, essa violência. Tempos depois que terminamos nossos encontros, quando eu já havia saído desse voluntariado, vi no *Facebook* que ela tinha deixado aquele homem.

Em meio aos trabalhos voluntários e a falta de pessoas para atender em uma sala em que havia alugado, decidi tentar retornar ao local onde graduei. Para isso, fiz a inscrição no processo seletivo do Mestrado Acadêmico em Psicologia (MAPSI) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e obtive sucesso, iniciando esta jornada em agosto de 2018. Desde que comecei, muitas coisas aconteceram, das quais a que considero mais importante foi ter conhecido novas pessoas que já levo para a Vida, amigos que quero bem demais.

Projetei junto com minha orientadora uma pesquisa que pensávamos ser bem viável de realizar. No entanto, até quando a gente dorme a Vida acontece. Primeiro descobrimos que não conseguiríamos acesso tão fácil às pessoas que almejávamos. Segundo, fui convocado para assumir um concurso público que havia acontecido no final de 2016. Eu havia me inscrito em uma vaga no interior de Rondônia, e o projeto foco de nossa investigação só é realizado na capital. Terceiro, o mundo viu/está vendo (até este momento em que escrevo) acontecer a pandemia de COVID-19, que se prolonga desde março de 2020, situação que não era vivida desde a “gripe espanhola” em 1918 (SCHMIDT *et al.*, 2020). A doença resultante do vírus já infectou várias conhecidas e conhecidos, e até mesmo levou, dentre tantas e tantos, uma pessoa que conheci no mestrado, a professora Ana Maria Souza.

Nesse contexto, a realização da pesquisa se pautou nas possibilidades, considerando as situações que expus acima. Com o objetivo principal de analisar os efeitos dos grupos reflexivos do Projeto Abraço a partir da narrativa de uma participante egressa, escutei Tati, que participou do grupo de mulheres em 2015. Nosso encontro foi extremamente rico, um verdadeiro presente, pois pude ouvir a história de uma existência se refazendo, isto é, escutei muito mais que o relato da participação em um grupo. Ainda, para conhecer a metodologia do Projeto, conversei com o chefe do lugar onde ele é realizado.

Antes de chegar à história de Tati, busquei entender melhor a situação da cidade em que eu vivia, Porto Velho, no tocante à situação da violência contra mulheres. Assim, esta dissertação inclui dois estudos. O primeiro é uma revisão de estudos empíricos sobre violência contra mulheres realizados em Porto Velho após 2006, ano em que a Lei Maria da Penha foi instituída. O segundo traz a análise do grupo reflexivo do Projeto Abraço com base na narrativa

de Tati, e revisita uma importante promessa da lei mencionada: a discussão de gênero na educação.

Em resumo, após estas palavras de introdução sigo com a seção que batizei “Para começo de conversa”, que inclui três partes, “Em minha Vida, meu tema de pesquisa”, “Algumas histórias envolvendo sexo e gênero” e “Mulheres, desigualdades e violências”. Na primeira, trago algumas memórias de momentos particulares e em família que me fizeram identificar o patriarcado e o machismo em minha Vida. Na posterior, relato alguns casos históricos que me fizeram refletir sobre as noções correntes acerca de sexo, sexualidade e gênero, bem como nas intersecções entre estes temas e a violência. Na terceira, exponho as ideias que escolhi para sustentar meu texto. Depois apresento o estudo “Violência contra as mulheres em Porto Velho-RO: revisão de estudos empíricos”, seguido da seção que intitulei “Meio de conversa”, na qual reflito sobre a permanência da violência contra mulheres no país mesmo com a implantação das políticas públicas de enfrentamento a esta violência, e sumário algumas investigações nacionais e internacionais sobre intervenções em grupo realizadas no contexto da violência (especialmente doméstica) contra mulheres. Em seguida, a pesquisa “‘Eu me libertei da violência’: a narrativa de Tati sobre o Projeto Abraço” precede a última parte, “Fim de conversa”, com minhas considerações finais sobre este trabalho.

Por último, gostaria de explicar algo que já deve ter passado e talvez se destacado aos olhos de quem está lendo. Vida com inicial maiúscula porque a considero sagrada e entendo que cada ser vivo carrega um mistério que, arrisco dizer, teoria nenhuma será capaz de explicar, pois as palavras não são capazes de captá-lo. Quando escrevo “*meu caminho-este texto*”, “*desenvolvimento pessoal-profissional*”, “*transformadora-libertadora*”, uso o traço para indicar concomitância, para significar que uma coisa não acontece agora e daí outra depois, mas que elas acontecem ao mesmo tempo. Enquanto construía/construo meu caminho de Vida, também fazia este texto; da mesma forma, enquanto Tati se transformava por novas aprendizagens, ela já estava se libertando da violência que havia vivido até então.

PARA COMEÇO DE CONVERSA

*É lógico que o gênero traz em si um destino.
Todavia, cada ser humano – homem ou mulher – desfruta
de certa liberdade para escolher a trajetória a descrever.*

Heleith Saffioti

Em minha Vida, meu tema de pesquisa

Para começar, gostaria de fazer uma incursão em algumas memórias e histórias comigo compartilhadas por membras de minha família. Penso que é pertinente, uma vez que busco adotar aqui, o quanto possível, uma postura que relaciona constantemente o que vivo, estudo e faço. Assim, pareceu-me quase que natural, no decorrer das matérias do mestrado¹, ao escrever sobre a temática que me propus analisar, falar de acontecimentos do meu cotidiano, recentes ou não. Saliento que não era minha intenção fazer um texto de memórias, mas ao perceber que isso poderia ser utilizado aqui, segui este caminho, que é o que mais parece comigo. Minha única esperança é que o texto não se torne enfadonho a quem ler, e se assim acontecer, a única coisa que posso pedir é paciência².

Creio que minha lembrança mais antiga envolvendo violência contra mulheres é de quando eu tinha por volta de uns nove anos. Lembro que estava dormindo quando ouvi as pessoas da minha casa falando alto em plena madrugada. Sem saber bem do que se tratava fui até a sala, onde minha avó conversava com o esposo sobre o que havia acabado de acontecer na casa da vizinha dos fundos. Esta, na época, era uma das irmãs de minha avó, que morava com duas filhas e um filho. O acontecido: o namorado de uma dessas moças havia ateado fogo na casa, começando pelo quarto dela. O irmão dela, em desespero, veio pedir ajuda em nossa casa. Ele bateu palma até que um de nós aparecesse. Tal episódio, que gerou inúmeras críticas dentro da família direcionadas a essa mulher (que tem uma filha de cinco anos com o homem que ateou fogo em seu quarto), somente anos depois vim registrar como um episódio de violência.

Os sentidos que minha família produziu sobre esse evento foram inúmeros: apelidaram o namorado da menina de “incendiário”, julgaram-na a torto e direito por estar se relacionando com um homem daquele “tipo” e, ao mesmo tempo, queriam vê-lo preso e sofrendo. Minha avó, do alto de sua auto provalada sabedoria, cantou vantagem de suas previsões, dizendo que na primeira vez que foi apresentada ao homem, falou em sua cara e da namorada que ele “não prestava”. Continuou ainda dizendo que a mãe da menina havia passado por isso também em

¹ Instigado, tanto por minha orientadora, que me emprestou um livro sobre pesquisa narrativa (CLANDININ; CONNELLY, 2011), quanto pela profa. Juliana Nóbrega, que nos introduziu aos estudos sobre a pesquisa no/do cotidiano.

² O que contarei transita entre o que vivenciei, o que presenciei e o que me foi narrado e por vezes confirmado por outras pessoas. Contudo, considerando que os relatos familiares não foram “objeto” de uma investigação profunda, ressalto que por mais que eu tenha sido fiel ao que ouvi, quando se trata de anedotas sobre família, há versões do acontecido, pois toda memória contém alguma dose de emoção.

seu primeiro relacionamento, e mesmo não entendendo a possível Psicologia envolvida, relatava isso às vezes como se lá no fundo soubesse de algo.

Os anos passaram, e entre muitas idas e voltas com esse homem (tempo em que os boatos de maus tratos, ciúmes, perseguições e outras violências continuaram), atualmente ela mora com ele e a já mencionada filha. Quanto a mim nessa história toda, minha curiosidade estava relatada ao “episódio inicial”, que hoje entendo muito provavelmente ter sido o ápice de algo que já vinha se desenvolvendo: o incêndio, ou violência patrimonial, se entendido pela Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). Sempre quis entender o que teria levado este homem a cometer tal ato. E nunca consegui saber, pois certamente uma verdade subjacente era esta mesma: não há razões que possam justificar esta violência, tampouco outras similares.

Ainda sobre minha família paterna, recentemente soube que minha bisavó foi vítima por muitos anos do machismo e sua pior expressão, a violência. Se física, não me contaram. Segundo relatos, meu bisavô pensava ser seu único dever não deixar faltar nada em casa. Amante da música, tocava trompete e passava muito tempo fora de casa enquanto a esposa permanecia ali cuidando das/os filhas/os, que foram um total de catorze, contando também os que morreram – a partir destes relatos imagino que engravidar dessa soma de crianças não era desejo de minha bisavó.

Dentre muitos, cito um incidente marcante compartilhado por minha avó: certa vez, seu pai havia saído de casa para se divertir, deixando esposa e crianças em casa. Minha bisavó fez a refeição noturna para as/os filhas/os e após comerem, limpou a cozinha e disse que quando o pai chegasse era para dizerem não ter comido ainda. Quando ele chegou e viu que não havia comida, ficou revoltado e após esbravejar, foi ao quintal e degolou todas as galinhas de minha bisavó, exigindo que ela cozinhasse uma para ele jantar.

Esses tipos de maus tratos eram comuns, conforme conta minha avó. Ela, que foi a filha do meio dentre catorze, descobriu que sua mãe tentou abortá-la. Quando questionou o motivo, ouviu que à época seu pai estava vivendo com outra família, e ameaçava sair de casa. Já que sua mãe não teria como sustentar mais uma filha, tentou várias vezes pôr fim à gravidez. Não funcionou, e quando minha avó nasceu, seu pai voltou atrás e assumiu a filha. No entanto, ela sempre se sentiu maltratada por ele, e ela própria sempre se viu revoltada com as atitudes dele para com sua mãe. Relata que sempre levou surras dele, e que em certa ocasião ele até chamou a polícia para prendê-la, fora outras histórias que ainda compartilha com mágoa. Diz ainda que sempre sentiu como se ele não gostasse dela, o que me parece, ela fez questão de retribuir. Sua mãe, por outro lado, ela continua amando.

Essa revolta contra o pai levou minha avó a unir irmãos e irmãs para defenderem sua mãe, rebelando-se contra as más atitudes do genitor. Após um acontecimento significativo, disseram-me que não permitiriam mais que agisse da maneira que agia com minha bisavó. Depois disso, ela se fortaleceu, e após a morte do esposo permaneceu mais um quarto de século viva, aproveitando a vida e dizendo que não gostaria de se juntar a outro homem. Minha madrinha supõe que essa escolha foi devido ao que havia passado com meu bisavô.

Hoje percebo que o machismo impregnado na criação da minha família paterna (da minha família materna eu não poderia dizer que é muito diferente, agora que penso) criou “homens inúteis”³, mas mulheres muito fortes e donas de si. Conforme minha avó, seu pai mesmo sempre dizia que ela era “mais homem” que muitos de seus filhos, pois superava estes em atitude e na capacidade de resolver problemas (assumo daí que ele entendia que essas habilidades eram reservadas aos homens). Meu pai, por exemplo, que foi um dos últimos criados por minha bisavó, “à base de leite condensado”⁴, contam suas tias que só aprendeu as atividades domésticas depois que ela morreu. Algumas das irmãs de minha avó repetiram de alguma maneira a história, casando-se com homens inúteis nos serviços de casa e outras vivem tal qual minha avó após a morte de seu marido: dizem preferir estar sozinhas, sem homem para “perturbar”.

É importante fazer notar que, se minha bisavó passou por certas situações em seu casamento, não foi apenas por conta de sua personalidade ou coisa parecida. Ela era índia e costureira, não sabia fazer contas tampouco falar nosso idioma perfeitamente. Veio fugida do baixo Rio Madeira em um barco para Porto Velho, correndo de um marido pior que o que arrumou nesta cidade. Meu bisavô, homem branco e com certa boa fama na sociedade, tirou-a de uma família em que ela trabalhava como empregada, para ser sua própria empregada: costurar suas roupas, fazer sua comida e cuidar de sua casa enquanto ele aproveitava as noites e provia para casa o necessário à criação de seus filhos e filhas. Se ela não fosse índia, se soubesse matemática para viver de sua costura, se não precisasse fugir de um marido por conta da violência, ou se meu bisavô não tivesse o entendimento de que o papel de uma esposa era cuidar da casa e dos filhos... Enfim, imagino que se alguma dessas coisas fosse diferente, o

³ Conforme Castañeda (2006, p. 114), sobre homens que incorporam os estereótipos machistas e não sabem sequer fazer uma atividade doméstica ou falar de seus sentimentos.

⁴ Nunca entendi se minha família fala isso em sentido real ou figurado, mas creio que ambos. Meu pai foi registrado por meu bisavô e minha bisavó como filho, pois minha avó foi mãe solteira, o que era um grande escândalo para a sociedade da época. Aliás, de certa forma ainda é, já que mulheres são mais julgadas por criarem filhos/as sozinhas do que homens por abandonarem as crianças.

resto também teria sido, ou no mínimo não teria sido tão trágico para minha bisavó, como foi até que seu esposo “mudasse” e logo após, falecesse.

Como já indiquei, é possível perceber que essa relação de meu bisavô e minha bisavó, construída com base no machismo, em um projeto de sociedade antigo (mas ainda presente) que incentiva às mulheres o lugar da casa e aos homens a rua⁵, influenciou toda uma geração de catorze filhos e filhas, e continua a fazer eco na prole destes/as, para o bem e para o mal. No entanto, as mudanças sociais colaboraram para que as mulheres de minha família se vissem assumindo outros caminhos.

As filhas de minha bisavó foram todas educadas e incentivadas a trabalharem, o que de fato aconteceu. Inclusive minha avó diz que seu próprio pai as incentivava a se sustentarem, para que não sofressem na mão de homens... Minha avó e suas irmãs são mulheres que em sua época seriam consideradas empoderadas, se essa palavra já fosse usual⁶. Hoje, pelo que percebo, a maioria de suas filhas busca (algumas parecem já ter encontrado) relacionamentos mais igualitários, com homens que saibam dividir não só despesas, mas também tarefas. Já os homens parecem ter tido mais dificuldade em desconstruir *o poder do macho*⁷.

Posso dizer que minha família não foi a única influenciada pelo machismo. Quando estagiei no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher em Porto Velho, as histórias das mulheres e dos homens também remetiam a relações muito antigas dentro de sua própria família. Isto reforça o entendimento de que este é um problema social/cultural, construído e reforçado ou desconstruído nas nossas relações. Nesse sentido, problematizar socialmente é importante. Assim como fazer notar que os projetos econômicos/políticos podem beneficiar ou prejudicar as relações entre homens e mulheres⁸, dentro e fora de casa, é essencial. E ainda, acredito também que é preciso momentos como esse que vivencio aqui, para poder compreender o quanto machismo e patriarcado estão presentes em nossas vidas, como estruturantes de quem somos.

⁵ A investigação de Poubel e Andrade (2018), por exemplo, sobre as representações sociais de meninas de Cuiabá, leva a concluir que elas conhecem/acessam a cidade mais pela representação que outras pessoas lhes transmitem do que pela vivência propriamente dita.

⁶ Segundo Freitas (2016), que comenta o crescimento do interesse por essa palavra a partir de 2011 no buscador Google, ela foi adaptada para o nosso português por ninguém menos que Paulo Freire, ao discutir a ideia de *empowerment* abordada pelo psicólogo norte-americano Julian Rappaport.

⁷ Título do livro de Saffioti (1987).

⁸ O exemplo da Islândia é notório, e demonstra que esse assunto não é mesmo simples. Mesmo sendo considerado campeão do feminismo, este país ainda apresenta altas taxas de violência sexual contra mulheres, além de disparidade salarial e alguns parlamentares machistas (ALFAGEME, 2019).

Penso ser de grande valia quando Castañeda (2006) e Saffioti (2004) explicam que machismo e patriarcado afetam homens e mulheres. Partindo disso, peguei-me lembrando dos choros que engoli, das danças que não dancei e gestos que não fiz por não serem considerados de homem, “de macho”. Tudo isso me fez e ainda me faz, permanece comigo. O patriarcado e o machismo, estes mesmos que marcam a vida e o corpo de todas/todos, muitas vezes de forma brutal, quando reflito, entendo que está igualmente marcado em mim. Concluo que se reconhecer cúmplice e vítima é um dos primeiros passos para poder agir contra a reprodução de tais práticas e discursos em qualquer âmbito. Logo, olhar para mim e para o mundo torna-se um exercício a caminho da mudança. O combate não é de hoje e nem tem se provado fácil, mas os avanços, em meio a muitas derrotas e mesmo quando pequenos, são revigorantes.

Acredito ter conseguido introduzir meu tema de pesquisa através dessa partilha de memórias relativas ao meu cotidiano. Mas ainda há histórias minhas que gostaria de contar. Ressalto que somente nos anos de faculdade vim realmente compreender como o machismo, sobretudo o *invisível* (CASTAÑEDA, 2006), esteve presente em minha Vida. Se até aqui o foco foi a minha família, agora contarei acontecimentos de minha infância e adolescência, estimulado pela conclusão de que machismo e patriarcado fazem parte de nossas vidas e estão marcados em nossos corpos.

Era mês de junho, época de festas com danças de quadrilha e comidas de milho, e eu era bem criança para ao menos lembrar que idade tinha, só posso dizer que foi em algum momento dos anos 1990. Lembro que estávamos assistindo a dança, e eu via as meninas segurando as saias pelas barras fazendo os movimentos e achava aquilo maravilhoso, praticamente divino. Foi então que resolvi imitar aqueles gestos, usando minha saia imaginária. Prontamente fui repreendido aos gritos “para com isso, você é menino e tem que dançar que nem homem”. Esse momento e outros similares me perseguiriam durante minha Vida.

Na escola⁹, foi pior. Devido ao meu jeito distante (penso que é a palavra mais adequada aqui) da *masculinidade hegemônica* (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013), chamaram-me de “viado”, “bicha” e outras denominações que hoje felizmente tem adquirido um aspecto de autoafirmação e resistência, diferente do modo pejorativo como eram utilizadas em minha

⁹ Ainda que eu não tenha estudado em uma escola somente, uso o singular para simbolizar que em todas as escolas que passei durante a Educação Básica, sofri alguma discriminação por ser como era.

época. Apesar de eu ter encontrado professoras/es praticantes da *pedagogia do armário* (JUNQUEIRA, 2012), não posso dizer que me reprimiram por meu modo de ser não-suficientemente-masculino, pelo menos não diretamente. Porém sabemos que discursos implícitos/velados às vezes têm mais ou tanto efeito quanto mensagens diretas. E sei também que nas escolas em que estudei, jamais presenciei qualquer manifestação relacionada à aceitação da diversidade¹⁰.

Já na faculdade, quando pesquisando sobre violência contra mulheres por conta da iniciação científica, comecei a compreender que relações existiam entre o que eu havia vivido e outros acontecimentos que a princípio me pareciam tão distantes, tal como o incêndio que citei logo no princípio. Hoje, se falo de violência contra mulheres, é da perspectiva embasada na discussão do gênero socialmente construído, uma expressão da maneira como se organizam as relações entre homens e mulheres, uns/umas com os/as outros/as e entre si (CONNELL; PEARSE, 2015; WEST; ZIMMERMAN, 1987). Entre patriarcado, machismo e diversidade sexual há muitas conexões, e podemos constatar que de alguma maneira todas/os sofrem.

Homens se matam¹¹ e matam mulheres para comprovar sua masculinidade, sendo a violência letal apenas a mais evidente. E as escolas públicas (sem diminuir/desconsiderar a igual responsabilidade das outras neste processo), que deveriam/poderiam ter um papel central na problematização destes processos ainda tão marcantes no Brasil, encontram-se cada vez mais tensionadas entre as questões sociais, econômicas, políticas, e, especialmente neste momento, ideológicas. Não sabemos como tudo isso vai terminar, mas não estamos vendo ventos favoráveis.

Se, conforme Heller (2008), o cotidiano é propício à alienação, que pode ser muito resumidamente explicada como quando deixamos de atuar em nome da coletividade para assumir uma postura individualista e imediatista, creio que por muito tempo vivi um cotidiano alienado (hoje tenho momentos). Pensando aqui, percebo que como jovem, “recebendo” a educação que “recebi”, palavras que não por acaso me remetem à *educação bancária* (FREIRE,

¹⁰ Recentemente, passei a trabalhar em escolas. Das experiências que estou tendo, já posso dizer que em relação à minha época, não mudou muita coisa nesse sentido.

¹¹ Para ilustrar, consideremos os homicídios por armas de fogo. De 2007 a 2017, 76,9% dos homicídios masculinos foram causados por armas de fogo, índice que atingiu 53,8% para as mulheres. No entanto, se considerarmos os assassinatos em geral, 91,8% das vítimas são homens, dos quais 55% são mortos entre 15 e 29 anos (IPEA; FBSP, 2019). Apesar do Atlas da Violência que mostra estes dados trazer uma revisão de literatura indicando a inconsistência do discurso armamentista em nome da proteção contra violência, o atual presidente do instituto que conduz a pesquisa (nomeado pelo chefe do Executivo vigente) fez pronunciamento favorável ao armamento do “cidadão de bem” durante o lançamento deste relatório (SACONI; GUERRA, 2019).

2004), não fui encorajado a pensar sobre como as coisas estão conectadas e o papel que poderia vir a assumir nisso tudo. Hoje, vejo que quando nos deixamos levar pelas circunstâncias (postura que assumi por algum tempo), chega a hora em que nos deparamos/confrontamos com uma produção pessoal desagradável, insatisfeitos com nossa própria Vida.

Lá pelos dezessete anos me vi nesse momento “acorda menina”. Percebi-me em uma trama pessoal que parecia não haver sido por mim planejada. Na ânsia de aceitação e prestígio em família, havia entrado em um curso universitário e acabei percebendo logo que aquilo não era para mim. Após um momento depressivo, fui capaz de tomar as rédeas de minha Vida e entrar em Psicologia. Hoje, com orgulho, posso dizer que este curso me deu até mais do que eu buscava. Foi com este curso, docentes e colegas de sala (agora amigas/os) que realmente passei a compreender que minha vida não é só minha, que do mundo venho e para ele vou, que tenho responsabilidade pessoal-social.¹²

Quando escrevo isto em uma linguagem que beira ao que é chamado de místico¹³ e simultaneamente busco outra mais próxima à compreendida como científica, é porque penso que a ciência hegemônica que está aí não sabe tudo e está muito longe de querer/poder saber. É notável que muitos estão dominados pela necessidade de representar vieses políticos e ideológicos que beneficiam a pouquíssimos, e por isso mesmo, precisam negar que o fazem. Logo, neste momento existem muitas produções científicas tão alienadas quanto algumas atividades da cotidianidade, o que pode ser assim explicado: “Quanto maior for a alienação produzida pela estrutura econômica de uma sociedade dada, tanto mais a vida cotidiana irradiará sua própria alienação para as demais esferas” (HELLER, 2008, p. 58).

E quanto mais alienação, maior a deformação do que chamamos “humano”, ou seja, menos humanizadas e mais individualistas as pessoas se tornam (BARROCO; SOUZA, 2012). Ensimesmadas, não percebem que suas atitudes têm consequências, não notam que podem contribuir para a mudança. Até porque, para querer mudança, é preciso se indignar/incomodar com a desigualdade, e como o exemplo brasileiro (também) demonstra, muitas pessoas ainda negam o machismo/racismo/classismo que subjaz, de forma geral, as relações no país. Afinal, neste momento em que estamos vivendo acaba sendo mais confortável compartilhar uma mentira que se incomodar com o sofrimento de outros/as (DEJOURS, 2007).

¹² Somos seres particulares, mas também genéricos, como já explicaram muitas autoras e autores. Neste momento lembro especificamente de Heller (2008), Vygotsky (1991), e Juliano (2010).

¹³ Não acho sem sentido ressaltar que algumas ciências têm se aproximado de ideias consideradas místicas. O exossoma humano nomeado por geneticistas, por exemplo, lembra muito a popularmente conhecida “aura” (CARRASCO, 2018).

Nesse sentido, os diferentes feminismos tiveram/têm muito a dizer/ensinar. Feministas colaboraram não só para a mudança do cotidiano de muitas mulheres, mas também para que a ciência se ampliasse, desenvolvendo e incluindo outras ideias. Depois que muitas mulheres saíram do lugar de subalterna, bastante coisa mudou. Elas demonstraram vontade de pensar e repensar o que fazem, dizem e defendem. Admitiram que mesmo entre as mulheres, há algumas que gozam de mais privilégios. Reconheceram também que há muito a ser feito para chegar ao ideal, que ainda existe uma legião a ser emancipada. E indicaram que a luta não é só por elas, mas por todas e todos não representadas/os pelos padrões hegemônicos. Conforme escreveu a norte-americana de origem mexicana Anzaldúa (2000, p. 229): “os olhos brancos não querem nos conhecer, eles não se preocupam em aprender nossa língua, a língua que nos reflete, a nossa cultura, o nosso espírito”.

Os movimentos contrários aos debates sobre gênero e progresso feminino prosseguem e podem ser reconhecidos nos discursos de representantes que em tese falam por toda uma nação, como no caso dos presidentes norte-americano e brasileiro, assim como em “pequenos” acontecimentos da cotidianidade:

[...] o segundo homem que tentamos entrevistar, foi até o local reservado para a entrevista e explicou os motivos por não aceitar ser entrevistado. Em suas explicações culpabilizou a mulher pela violência sofrida e alegou que as conquistas das mulheres no mercado de trabalho prejudicam o relacionamento conjugal, demonstrando explicitamente em sua visão, que a dominação masculina deve prevalecer (PROSENEWICZ, 2018, p. 24).

Nesses momentos fica mais compreensível a ideia de que a revolução é incompleta “se deixar intactas as estruturas básicas da vida cotidiana” (PATTO, 1993, p. 122). Tais eventos, no entanto, não nos tiram a vontade de buscar mudanças. Pelo contrário, é por saber que ainda há opiniões como essas, que geram atitudes ainda piores, que não podemos perder de vista nosso objetivo. Às vezes, com estímulo de alguns acontecimentos, é impossível ignorar o sentimento de impotência. Mas diante do que já foi conseguido, não há por que desistir.

Algumas histórias envolvendo sexo e gênero

Laqueur (2001) mostra, através de documentos e escritos, que durante um considerável período histórico homens e mulheres foram vistos como seres de um sexo, sendo elas uma versão não desenvolvida do homem, com os genitais “para dentro”: “[...] mulheres eram essencialmente homens, nos quais uma falta de calor vital – de perfeição – resultara na retenção

interna das estruturas que no homem são visíveis na parte externa” (p. 16). Já naquelas épocas, no entanto, a leitura de homens e mulheres como “sexo único/carne única” (p. 20) não impedia diferenças no tratamento social dispensado a elas. Aliás, é notável que o homem era visto como o modelo, já que era às mulheres que faltava “calor vital” e “perfeição”.

A ideia muitas vezes ainda tomada como conclusão “natural”, de que a forma de um corpo carrega/determina um gênero, foi desenvolvida em meados do século XIX. De maneira científica, a teoria do dimorfismo sexual propôs¹⁴ que justamente as diferenças entre os corpos, especialmente a genitália, em conjunto com outros atributos, justificariam/explicariam a maneira como uma pessoa se porta socialmente: “Da espessura da pele ao tamanho do crânio, da estrutura psíquica aos complexos, tudo era diferença” (MOREIRA; MARCOS, 2019, p. 600). No senso comum, isso foi traduzido para a crença de que ter um pênis ou uma vagina definem ser homem e ser mulher, nesta ordem. Entendimento este que se complica (principalmente) quando pensamos nas pessoas intersexo (antes chamadas hermafroditas) e transexuais.

A história de David Reimer, por exemplo, ilustra as complicações e complexidade do tema, e até a inconsistência de se apoiar nos genitais para dizer (se é que isto é preciso) qual o gênero de alguém. David, nascido Bruce, foi um menino norte-americano que teve o pênis queimado em uma cirurgia de circuncisão. Seus pais, certamente desesperados com o menino-sem-pênis/menino-com-pênis-deformado (até onde li não está muito bem registrado quais foram as extensões reais do dano), recorreram ao psicólogo/sexólogo John Money, que conheceram pela televisão. Na época, ele falava em identidade de gênero, afirmando que não era tanto a biologia que influenciava nela, mas a criação, próximo à conclusão de Simone de Beauvoir ao dizer que não se nasce mulher, torna-se. Money então operou Bruce em 1967, quando este tinha 17 meses, “deu” a ele uma vagina e sua família o criou como menina – o que quer que isto significasse na época. Este era o estudo perfeito para comprovar sua teoria; no mais, acreditava que Bruce viveria mais feliz como menina. Para colaborar, o menino era gêmeo, tendo assim seu próprio indivíduo controle, já que o irmão, Brian, não havia sido submetido à cirurgia depois do acontecido a Bruce. Para complementar, foi combinado que nada disso seria informado para Brenda (nome do garoto após as mudanças) e que anualmente

¹⁴ A ideia permanece no meio científico, buscando no cérebro as bases do comportamento social de homens e mulheres (LARA; ROMÃO, 2013). Essas proposições, que muitas vezes só confundem o que já é complexo, merecem ser pensadas de várias formas. Há de se considerar que não há ciência neutra e qualquer conclusão reflete a subjetividade de quem pesquisa, construída na intersubjetividade. Há mais reflexões gerais sobre cérebro e gênero em Amaral (2012) e Nucci (2010).

a família a levaria até Money para avaliar os progressos e fazer tratamento hormonal (as sessões de avaliação descritas por David anos depois são no mínimo esquisitas). É claro que o médico avaliou a situação como sucesso total, omitindo detalhes: David mais tarde afirmou que ainda criança já vivenciava a disforia, ou seja, angústia relacionada ao gênero que lhe fora designado. Ainda, na escola sofria preconceito por seu jeito masculino. Sua própria mãe veio a dizer que Brenda era uma menina infeliz. O caso foi utilizado por Money para reafirmar suas ideias e justificar milhares de cirurgias em crianças nascidas com a genitália ambígua, deformada e/ou considerada anormal. Aos treze anos, Brenda ameaçou suicídio se a família a levasse na consulta anual com Money; os pais a ouviram, mas esperaram dois anos para revelar o que haviam escondido. Brenda então assumiu a identidade de David, removeu os seios e fez tratamento com testosterona e reconstrução peniana. Chegou a casar em setembro de 1990, e em 1997 começou a falar publicamente sobre as sequelas do que tinha vivido na infância e adolescência. Seus relatos levantaram questionamentos sobre os métodos de Money, bem como sobre questões éticas em cirurgias de redesignação sexual com crianças. David tentou suicídio antes dos trinta anos, declarando dificuldades no casamento e para conseguir emprego. Em 2004, quando ele estava com trinta e oito anos, cometeu suicídio dois dias após a esposa pedir para se divorciar. Seu irmão, Brian, que sofria com depressão e esquizofrenia, havia morrido dois anos antes em uma overdose de antidepressivos (GAETANO, 2017; VIEIRA, 2017; BBC NEWS BRASIL, 2010).

Outro caso que envolveu um médico é o de Agnes, nome fictício de uma paciente de Robert Stoller, que era também psicanalista e junto com John Money leva crédito como os primeiros a falarem em identidade de gênero. Agnes é menos conhecida que David, por pouca publicidade e por outros terem contado sua história, o que explica seu nome inventado. Segundo o sociólogo norte-americano Harold Garfinkel, Agnes nasceu e foi criada como menino, mas se reconhecia como menina. Quando a conheceu, ela tinha pênis e testículos em conjunto com seios e outras características sexuais secundárias consideradas femininas, pois vinha tomando estrogênio desde doze anos. Para Stoller, Agnes se apresentou em 1958 como mulher com corpo parcial de homem, e foi uma das primeiras transexuais operadas pela equipe dele, que a considerava intersexual. Portanto, a representação de Agnes frente à Stoller foi decisiva para sua própria transformação, sendo relevante que sua história foi utilizada pelos cientistas sociais de um jeito que destacavam pontos que confirmavam suas teorias enquanto evitavam examinar seu próprio envolvimento com o assunto, negligenciando seu papel na reprodução das relações de gênero e sexualidade (CÔRREA, 2004; RABY, 2000).

Ambos os casos, junto a outros, sustentaram/sustentam práticas médicas desde aqueles tempos, na “engenharia sexual” refletida nas operações de pessoas transexuais e na transformação de crianças com genitais ambíguos preferencialmente em meninas (CÔRREA, 2004, p. 7). Inclusive, dá-se a entender que David e Agnes foram usadas para legitimar práticas e confirmar teorias. Ainda hoje, a avaliação médica e o acompanhamento multiprofissional são condições para que uma pessoa transexual prossiga com a transformação cirúrgica (SBP, 2017), em suma, “o legado da biomedicina atua diretamente na construção de significados sobre o corpo e gênero” (CANGUÇU-CAMPINHO; BASTOS; LIMA, 2009, p. 1145).

Recentemente a Organização Mundial de Saúde (OMS) tirou a transexualidade do rol de “transtornos” para incluí-la como “condição” (MARTINELLI, 2018). No último Manual Estatístico e Diagnóstico de Transtornos Mentais (DSM-5), a disforia de gênero aparece como categoria própria, desaparecendo o “transtorno da identidade de gênero – tipo transexual” nomeado na edição prévia. Assim, é perceptível que as discussões mais recentes acerca destes temas têm resultado em mudanças na sua compreensão:

No DSM-5, a identidade de gênero é reconhecida como um conceito fluido, que engloba sentimentos sobre o corpo, sobre os papéis sociais relacionados, identificação de gênero e sexualidade, abrindo espaços para identidades alternativas que não se restringem ao estereótipo binário homem-mulher (SBP, 2017, p. 3).

Todavia, o título do DSM ainda se refere à transtornos mentais. Outro aspecto a ser salientado é que essas mudanças parecem não ter refletido o suficiente nas condições de vida de muitas pessoas transexuais, que continuam sendo vítimas de violência brutal e de outras violências que se não lhes tiram a vida, certamente influenciam em sua vontade de viver. No Brasil, só no primeiro semestre de 2020 foram assassinadas 89 pessoas trans, um aumento de 39% em comparação com 2019. Todas eram mulheres transexuais ou travestis, a maioria negra/parda (ANTRA, 2020). Na Psicologia brasileira, desde 2018 o Conselho Federal orientou a classe profissional especificamente sobre a atuação com travestis e transexuais, indicando que não devemos promover a discriminação e/ou preconceito contra travestis e transexuais, seja por meio de ações, pronunciamentos, convivência ou omissão (CFP, 2018).¹⁵

¹⁵ O Conselho Federal de Psicologia também publicou em 2019 o livro *Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs*, contendo recortes das histórias de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais que “passaram por procedimentos e programas de tentativas de mudança de orientação sexual e identidade/expressões de gênero, realizadas por diferentes setores do campo psicológico, médico/psiquiátrico, religioso, entre outros” (CFP, 2019, p. 14).

Outra situação real contendo genitais que trago aqui é a história do casal Lorena e John Bobbit, que ficou mundialmente famoso depois dela cortar o pênis dele durante a madrugada de 23 de junho de 1993. A rede de *streaming* Amazon Prime Video estreou em 2019 uma série que documenta o acontecido a partir de fotos e vídeos da época, além de relatos das pessoas que acompanharam o caso. A coisa toda pode ser resumida ao que alguém fala na última parte: “Cortam um milhão de clitóris na África e ninguém fala nada. Você corta um pênis e o país inteiro para. Entende? É um mundo de homens” (LORENA, 2019). Após cortar o pênis de John, Lorena foi para o salão onde trabalhava, descartando no caminho a parte que havia decepado. Mais tarde, alguns policiais encontraram o material, que foi costurado em uma cirurgia experimental, um acontecido único. A fala citada acima ironiza o que é mostrado no documentário: a saga para encontrar o pênis de John, deixando implícito que um homem não poderia ficar sem pênis. Depois do acontecido, Lorena revelou uma série de abusos de John, incluindo estupro – era mais uma vítima de violência dentro de casa. Ela havia ido para os Estados Unidos no intuito de ascender socialmente, e aceitou rapidamente se casar com John; ir à julgamento a fez temer ser deportada do país e não poder realizar seu projeto. O seriado registra como se desdobrou a história para ambos: os esforços dela para se restabelecer no país após ficar um tempo em avaliação de saúde mental, enquanto ele aparecia em programas de televisão e participava de filmes pornográficos, explicitando a justiça (a cultura) estadunidense como “um mundo de homens”. Felizmente, com o decorrer dos anos a situação inverteu: Lorena se tornou reconhecida na luta contra violência doméstica e abuso sexual, e John se envolveu em várias situações desastrosas que incluíram outras denúncias de violência contra mulheres. Em 2018 Lorena fundou sua própria organização com o “objetivo de educar e mobilizar o público sobre a violência e abuso sexual contra mulheres e garantir o acesso à serviços para sobreviventes e familiares” (LORENA GALLO FOUNDATION, 2018, tradução livre).

Para finalizar esta subseção, compartilho algo mais recente e próximo da minha realidade. Já durante a atual pandemia escrevi um texto, que incluo a seguir entre aspas.

“31 de março de 2020, dia de ‘paredão’ (um bem significativo) no Big Brother Brasil. São tempos bem estranhos. Há quinze dias estou em casa (sendo honesto, saí algumas vezes para ir ao mercado) devido à pandemia que tem amedrontado as pessoas que habitam este planeta. O coronavírus tem se provado não só um microrganismo complexo que assusta pela rapidez de sua transmissão e consequências de sua hospedagem, mas também um estimulador de debates, que tem ido desde como a Vida tem sido vivida a questões menos particulares, como a gratuidade e funcionamento do sistema de saúde. Até a violência contra mulheres foi

lembrada. Em um pronunciamento feito há dois dias, o presidente do país opinou sobre o isolamento social, relacionando violência doméstica e a permanência em casa. Ele disse: ‘Tem mulher apanhando em casa. Por que isso? Em casa que falta pão, todos brigam e ninguém tem razão. Como é que acaba com isso? Tem que trabalhar, meu Deus do céu. É crime trabalhar?’. Como se vê, simplificou o assunto, resumindo violência contra mulheres a uma mera questão econômica. Em tempos como o nosso, considerando a situação do país no quesito economia, tal pronunciamento não surpreende. O que é surpresa, talvez, é fazer uso do tema em um momento como esse, e dessa forma, pois anteriormente este homem nunca havia demonstrado preocupação alguma com esta violência. Pelo contrário, seu discurso e atitudes por si só sempre se apresentaram como violência contra as mulheres, levando a seu reconhecimento como um verdadeiro ‘inimigo’ delas (LUCENA, 2020). Assim, suas palavras refletiram seu já famoso posicionamento, caracterizado pela falta de conhecimento e apoio às causas femininas.

Felizmente, há outras orientações mais consonantes com a situação das mulheres aqui e mundo afora. A divisão da Organização das Nações Unidas que se dedica às mulheres (ONU BRASIL, 2020a, 2020b) lembrou, por exemplo, que é necessário incluir na pauta da pandemia a leitura referente à igualdade de gênero. Pontuou que: a) as mulheres continuam sendo as principais trabalhadoras do setor de saúde, b) as mulheres são as principais cuidadoras dentro de casa, e em momentos como esse, aumenta sua carga de trabalho não remunerado no âmbito doméstico, c) outros surtos de doença, como Ebola e Zika, mostraram que a sobrecarga dos serviços de saúde causou desvio de recursos destinados à promoção da saúde feminina. E não menos importante, salientou que o isolamento pode sim contribuir para o aumento dos casos de violência doméstica contra as mulheres (e meninas). Por essas e mais razões, esta organização frisa a necessidade de olhar para esse tema tão complexo que é a igualdade de gênero. Darei apenas um exemplo de como isso pode ser problematizado agora. Recebi nestes dias de pandemia uma espécie de caricatura de uma mulher descabelada, tentando dar conta de segurar um bebê e utilizar vários utensílios domésticos. Junto da ilustração veio um áudio, com voz feminina, falando (em outras palavras) que aguardava ansiosamente pelo fim da quarentena, pois não aguentaria mais ficar em casa (dando conta de todas as tarefas) por muito tempo. Pergunto-me quem realmente acha cômico esse conteúdo, e quem se pergunta os porquês envolvidos nessa coisa que pretende fazer graça com a condição feminina.

Ao mesmo tempo em que tudo isso acontece, observo um movimento curioso (por falta de outra palavra) entre as pessoas do meu país: a mobilização contra um participante do programa transmitido pela Rede Globo, o Big Brother Brasil (BBB). Este, pelo pouco que li e

ouvi (não acompanho a televisão aberta há tempos) representou muito bem na casa isolada vários preconceitos que contaminam o cotidiano brasileiro. No entanto, é o machismo e suas falas direcionadas às mulheres que alimentam a torcida contra ele. Sua oponente no ‘paredão’ de hoje é uma cantora que goza de certa fama, e que também deu conteúdo para pensarmos que mesmo quando conscientes de um problema que nos atinge enquanto grupo, nem sempre atentamos para outros aspectos relacionados. A votação desta terça já conta com um bilhão de votos enquanto eu escrevo. Algo simbólico, se é preciso dizer. Essa quantidade de votos, nunca vista nas 19 edições que o *reality show* já teve, demonstra quanto os/as espectadores/as estão (virtualmente) engajados/as para firmar sua opinião e apoiar algum dos lados.

Relativo ao assunto e não menos importante, foram algumas atitudes em minha cidade natal, Porto Velho, para manter o atendimento às mulheres vítimas de violência nesses tempos de quarentena. Alguns órgãos da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência disponibilizaram canais de atendimento por telefone para tentar minimizar os impactos desse momento em que somente situações de urgência receberão acolhimento. Em se tratando desse assunto, quem tem contato sabe o quanto é complicado definir o que é urgente e o que não é. Assim como muitas ameaças às mulheres não resultaram em um episódio maior, outras muitas resultaram em mortes. Lembro quando estagiei no Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Porto Velho, de uma vez que falei por telefone com uma moça, para informar que o homem que a havia agredido tinha sido preso outra vez. Fiquei bem surpreso com a alegria na voz do outro lado da linha, fazendo uma festa por aquilo. Um ano depois, quando eu já havia terminado o estágio e a faculdade, fiquei sabendo que ela havia sido morta pelo mesmo homem, que tinha cometido o crime em uma dessas saídas ocasionais da penitenciária.

O que quero dizer, retomando o início, é que violência contra mulheres não é mera questão de pão na mesa. Aliás, uma pesquisa recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019) mostrou que as mulheres que trabalham fora são as mais atingidas pela violência dentro de casa. Publicada antes da pandemia e das medidas de isolamento, essa informação intrigou quem se propôs a refletir. Se antes os apontamentos davam conta de que empoderar economicamente as mulheres era o mesmo que combater a violência contra elas, agora a única certeza é a que indica ser preciso intervir na educação dos meninos/homens. Ainda acho válido citar a Islândia como exemplo: este país ilustra que as questões de gênero e distribuição de renda conversam. No Brasil, há ainda de se acrescentar a discussão de raça e etnia, buscando eliminar preconceitos sutis como discursos de ‘casal que a cor combina’.

Atualização: Quatro dias após a fala do presidente, a ministra Damares, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, também conhecida neste governo por suas falas desconectadas da realidade do país e, por isso mesmo, polêmicas, indicou um aumento de 9% das denúncias de violência contra mulheres em meio a pandemia do coronavírus. Como base, citou as denúncias ao Disque 180, canal telefônico criado pelo governo federal em 2003, destinado a receber denúncias de violência doméstica. Em comparação com as informações do ano passado, a ministra pontuou esse aumento e destacou a situação do Rio de Janeiro, que tendo sido um dos primeiros estados a adotar medidas de isolamento, registrou um aumento de 50% nas denúncias de violência doméstica contra mulheres (PRAZERES *et al.*, 2020). No BBB, o ódio às mulheres foi eliminado com quase 57%, indicando uma disputa acirrada, tal qual a da última eleição presidencial. Hoje, sexta-feira, algumas notícias estampam que o participante eliminado foi acusado por três mulheres, de estupro e tentativa. Resta aguardar os primeiros a dizerem que elas estão se aproveitando do momento. Desacreditar as mulheres, pelo que vejo, continua sendo uma das primeiras reações quando elas rompem o silêncio... O pior cego é aquele que não quer ver, já diz um ditado. Ou talvez seja como escreveu Clarice Lispector: ‘o óbvio [, Lóri,] é a verdade mais difícil de se enxergar’.”

Penso ter escolhido estes acontecimentos por expressarem de várias maneiras o que já havia elucidado Saffioti (2004), que somos todos e todas socializadas no patriarcado, ou seja, para sermos machistas e pensarmos/atuarmos pela lógica do poder do macho e tomar parte dele. A tese do dimorfismo sexual entra no contexto, dando sustento às desigualdades sociais entre homens e mulheres. Em David Reimer e Agnes, aparece mais claramente a influência desse processo/pensamento sobre os corpos. Além disso, não me parece coincidência que os médicos considerem “[...] mais fácil escavar um buraco do que erigir um poste” (CÔRREA, 2004, p. 7) em pessoas intersexuais. Essa opção me remete ao filme *A pele que habito* (*La piel que habito*, direção de Pedro Almodóvar), em que um cirurgião mantém em cárcere privado um homem no qual opera sem consentimento a redesignação sexual – inclusive o nome da película sugere que “pele” se refere ao ser mulher e a todas as violências que disto decorrem. Também entendo que esses fatos que expus validam que as relações entre gêneros são feitas e refeitas diariamente em todo lugar, como West e Zimmerman (1987) já apontavam, e que saberes e práticas científicas não passam ilesas e nem são neutras quando o assunto é “fazer gênero”.

Ainda que o tema central deste estudo seja a violência contra mulheres, quis trazer estas histórias emblemáticas que me levaram a pensar mais sobre o que já disse anteriormente com relação aos encontros cotidianos entre patriarcado, machismo e diversidade sexual no processo de formação e desenvolvimento humano, muitas vezes causando às pessoas sofrimento. A meu ver, o que une os relatos escritos anteriormente é justamente o emaranhamento das diversas concepções, sejam elas consideradas ou não científicas, que ajudam a sustentar saberes e fazeres quando o tema é gênero. Ideias estas que nem sempre contribuíram/contribuem para o avanço em direção a uma coletividade mais humanizada e igualitária.

Outro ponto que talvez tenha me impulsionado a escrever esta parte foi uma vivência ocorrida durante uma oficina no curso de graduação em Psicologia de uma faculdade particular em Porto Velho. Ao conversar com as/os estudantes sobre machismos presentes no dia a dia, abordando noções sobre papéis de homens e de mulheres, desigualdades nas oportunidades de emprego entre eles e elas e discursos sobre relacionamentos íntimos, ao final da atividade um dos estudantes disse: “Deixa eu ver se entendi: então a gente tem que chegar num ponto em que pênis é vagina e vagina é pênis?”. Tal redução me demonstrou o quanto persiste a ideia de uma intrínseca ligação entre o corpo de uma pessoa (frisemos novamente a genitália) e quem ela é/como ela é/o que ela deve ser/fazer. Por isso me chamaram atenção as situações de David, Agnes e Lorena e dos discursos propagados em nosso país sobre a situação das mulheres: todas me levam a acreditar que é preciso discutir tudo isso de forma integrada, o que, a pensar pela minha experiência, requer abertura ao diálogo, tempo e dedicação.

Mulheres, desigualdades e violências

Falar de violência contra mulheres é atravessar e ser atravessado o tempo inteiro pelas questões de desigualdade entre homens e mulheres, e entre as próprias mulheres. Hoje entendemos que as construções sociais têm colocado os homens em posição superior às mulheres, criando oportunidades desiguais de trabalho, para citar um exemplo. Tanto é que após o ingresso delas no mundo trabalhista¹⁶, houve grandes avanços em seu processo emancipatório, como defende Dejourns (2012).

Também na Academia as mulheres foram incluídas após os homens. A ciência como é conhecida hoje foi construída em maior parte por eles e para eles. Quando adentraram este

¹⁶ Lembrando que muitas vezes não se considera o trabalho doméstico, “[...] indispensável para a reprodução do sistema de metabolismo social do capital” (ANTUNES, 2013, p. 203).

meio, elas foram convidadas a estudar para se tornarem boas esposas (o filme *O Sorriso de Mona Lisa*, dirigido por Mike Newell, retrata isto no circuito acadêmico norte-americano dos anos 1950), e não para questionarem como a sociedade estava organizada, exemplificando como o discurso científico pode corroborar a perpetuação de práticas institucionalizadas.

De acordo com Scott (1992), foi na década de 1960 que o pensamento feminista levantou questionamentos sobre a história escrita pelos homens, reivindicando uma história das mulheres. A autora também levanta que isto não aconteceu sem conflitos políticos e tensões entre homens e mulheres no contexto acadêmico norte-americano. Para ela, inclusive, o conceito de gênero pensado em termos de relações sociais ajudou a iluminar os elos entre poder, política e ciência.

O desenvolvimento de estudos realizados por mulheres, culminando na apropriação do conceito de gênero¹⁷, possibilitou gradualmente a entrada de outras demandas similares no meio acadêmico. Problematizar a condição subalterna da mulher contribuiu para trazer luz a outras pessoas postas à margem da sociedade. Atualmente, o termo interseccionalidade, emprestado pela Sociologia, do Direito americano (CONNEL; PEARSE, 2015), resume o entendimento de que mesmo as questões das mulheres não são iguais para o grupo, devido aos entrelaçamentos com a raça, a classe, a etnia, a religião.

No Brasil, enquanto os homicídios de mulheres não negras registraram queda de 8% no período 2006-2016 (portanto, durante a vigência da Lei Maria da Penha), os de mulheres negras aumentaram 15,4%. O mesmo acontece entre os homens do país: a taxa de homicídio dos negros subiu 23,1% enquanto dos não negros decaiu em 6,8% (FBSP, 2018). Portanto, machismo e racismo não prejudicam apenas as mulheres. Dessas informações, é possível inferir também que os projetos de uma sociedade igualitária/equânime não têm funcionado para todas e todos. Logo, para entender melhor as relações de gênero como (re)construções sociais é preciso estudar homens e mulheres em separado, mas também em conjunto, atentando-se para as questões interseccionais.

Assim, fica minimamente explicado como a desigualdade entre mulheres, e entre homens e mulheres atravessa esta pesquisa. Alguns estudos sobre violências contra mulheres abordam ainda o colonialismo, isto é, como as relações construídas em países colonizados continuam

¹⁷ John Money e Robert Stoller, como dito anteriormente, são tidos como os pioneiros a falarem em identidade de gênero. Para Moreira e Marcos (2019, p. 602), em 1964 Stoller foi o primeiro a utilizar gênero como conceito “para distinguir sexo (no sentido anatômico) da identidade (no sentido social ou psíquico)”. Arán e Murta (2009, p. 31), por outro lado, escrevem que em 1947 Money já utilizava “a palavra gênero para designar certa plasticidade da sexualidade”, tendo buscado “demonstrar a independência radical entre o social e o biológico”, como fez no caso de David Reimer.

muitas vezes funcionando na base da dominação/exploração, mesmo que sob outras facetas. Nesse âmbito, destacamos o patriarcado, o qual apesar de remeter às construções coloniais de poder, ainda se faz presente, mesmo que por outras formas, neste “novo” capitalismo.

Dejours (2007), por exemplo, desenvolve uma tese de que a virilidade tem sustentado práticas injustas no trabalho. Para ele, em uma visão psicanalítica, a violência no trabalho, dentro dos coletivos, e acima de tudo pelos mais poderosos, tem sido justificada, ainda que inconscientemente, pela “identidade sexual de macho” (p. 100). E ao trabalho, todos e todas estamos relatados. Aliás, como defende este mesmo autor, no estágio atual o trabalho é um dos pilares de nossa identidade. Afinal, para sermos reconhecidos neste sistema, precisamos trabalhar. Pensando nisso, não é de se admirar que as principais vítimas de assédio moral e sexual no trabalho são também as mulheres negras (BRASIL, 2017, p. 11).

Muitas são as categorias teóricas referentes ao estudo da violência contra elas. Violência patriarcal, violência de gênero, violência contra mulheres, violência doméstica e familiar, violência conjugal, todas essas nomenclaturas colaboram de alguma maneira, mais ou menos ampla, no entendimento da opressão feminina. Longe de fazer uma revisão extensiva das autoras que se dedicam a estes assuntos, o que procuro aqui é assumir alguns vieses, e algumas vezes reconsiderá-los do ponto de vista das mudanças que estão ocorrendo.

Violência patriarcal e violência de gênero são os conceitos mais amplos dentre estes. A violência patriarcal seria, penso eu, um ponto de partida, pois pode ser referida não só às relações entre homens e mulheres, mas também entre homens. Assim, remeto ao que já citei acima, sobre as relações entre colonizador e colonizado. Em resumo, o colonizador enxerga nas diferenças (inclusive sexuais) dos homens colonizados motivos para dominá-lo (TARAUD, 2013). Dominar outros povos, muitas vezes pelo uso da violência (a história demonstra), conta então como exercício da virilidade. Como já dito, tais relações coloniais continuam acontecendo, de formas nem tão sutis, como mostram os casos de violência contra indígenas cometidos ao longo dos últimos dois anos no Brasil.

Para Segato (2012), o agravamento das situações de violência contra mulheres, com mortes cada vez mais brutais e destruidoras do corpo feminino, está relacionado às formas como este sistema em que vivemos têm se infiltrado em comunidades dantes regidas por seus próprios constructos. Como ocorreu no passado do Brasil e continua ocorrendo, o homem (branco, heterossexual, proprietário e letrado), para impor seu projeto de sociedade aos outros, desestrutura as relações que encontra nos lugares, enfraquecendo a malha social daqueles com quem negocia. Dessa forma, agravam-se as situações das mulheres, já que as evidências

antropológicas sustentam que mesmo entre povos indígenas existe uma divisão de gênero que reserva às mulheres o âmbito doméstico e aos homens o espaço público, o que não necessariamente se traduz numa desigualdade de poder entre elas e eles nesses grupos. Assim, a negociação entre homens destitui o poder de decisão das mulheres, e ironicamente ainda cria mecanismos para mantê-las subjugadas. A autora explica que isso ocorre quando os chefes de aldeias, por exemplo, dizem às mulheres que suas reivindicações para repensar seu lugar nessas sociedades poderiam prejudicar as lutas do povo como um todo. Para sustentar as espoliações de cunho político e econômico, as relações sociais de gênero são afetadas. Apreendo que esse projeto viril facilmente pode ser referido não só a essa situação específica explicada pela antropóloga em seu trabalho com aldeias.

Violência de gênero é aquela cometida por “machos” ou “quem lhe faz as vezes”, como escreveu Saffioti (2001, p. 115). As vítimas podem ser mulheres, crianças e adolescentes, não importando o sexo, e são vitimados/as em nome da função social patriarcal, a qual autoriza que homens¹⁸ decidam sobre a conduta de outras/os e ainda possam punir possíveis desvios. Assim, violência de gênero é também violência patriarcal, pois está igualmente apoiada no patriarcado enquanto projeto de dominação/exploração. Se pensarmos a violência como tolhimento às liberdades, podemos dizer que as pessoas que convivem com homens que se entendem patriarcas, sofrem violência o tempo todo, já que suas atitudes precisam ser moldadas em relação a eles. De alguma maneira, o crescente de violência que esse momento apresenta também se relaciona a isso: os homens têm percebido que as mulheres e crianças, antes sob seu julgo, estão traçando outras trajetórias. Logo, as movimentações das/os que antes eram subalternas/os reforçam a insuficiência da ideologia patriarcal para manter as vítimas subjugadas, instigando o uso da violência (SAFFIOTI, 2001). Explicação esta que também pode ajudar a entender os aumentos de violência contra povos indígenas. Portanto, violência patriarcal e violência de gênero andam juntas.

Os outros conceitos dão mais ou menos importância à opressão feminina. A Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), por exemplo, utiliza os termos violência contra a mulher e violência doméstica e familiar contra a mulher, fazendo vez ou outra referência ao gênero. Violência contra a mulher deixa explícito que é violência contra elas, mulheres adultas, vítimas de “ação ou omissão baseada no gênero”¹⁹. No entanto, ao utilizar o singular “mulher”, podemos dizer

¹⁸ Ou machos, como prefere frisar Saffioti no livro *O poder do macho* (1987).

¹⁹ A lei citada faz uso de algumas partes do texto da Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher). Disponível em: cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

que unifica uma categoria social muito vasta, repleta de particularidades e necessidades diversas. Ainda, reduz para os âmbitos doméstico e familiar uma problemática que não ocorre só neles. Pois, apesar de a maior parte da violência contra mulheres ser cometida por pessoas da família ou próximas em uma residência (CUBAS; ZAREMBA; AMÂNCIO, 2019), existe outra parcela agredida por desconhecidos, fora do âmbito familiar. Mesmo assim, os avanços no combate à violência contra mulheres no país a partir desta lei são inegáveis. O que estamos discutindo é que alguns termos não explicitam a amplitude e complexidade da questão.

Violência conjugal, por exemplo, pode se referir tanto a mulheres ou homens como vítimas ou agressores (NOTHAFT, 2016), sendo utilizado muitas vezes, entretanto, para se referir à violência contra elas. Isto não seria problema se vivêssemos num mundo onde homens e mulheres detivessem igual poder, no qual os salários fossem iguais, no qual as mulheres não fossem as principais vítimas de assassinato dentro de casa, no qual homens e mulheres exercessem igualmente as funções do lar, e seus consequentes. Portanto, consideramos que algumas expressões não privilegiam a discussão das desigualdades entre homens e mulheres. Esta pesquisa, se não me obriga, pelo menos me encoraja a olhar para as questões aqui levantadas. Até porque quando se trata de políticas públicas, é preciso observar o que diz Segato (2012, p. 128): “o Estado entrega com uma mão o que já retirou com outra”.

Em seguida, buscando considerar as particularidades do meu local de estudo, trago uma revisão de estudos empíricos sobre violência contra mulheres realizados na cidade de Porto Velho, capital de Rondônia. Por meio desta revisão busco apresentar um panorama das pesquisas produzidas no município após a criação da Lei Maria da Penha. Após a revisão, teço algumas considerações sobre o assunto, e entro na temática das intervenções de grupo em violência contra mulheres.

PRIMEIRO ARTIGO²⁰

*Se repetimos uma coisa várias vezes, ela se torna normal.
Se vemos uma coisa com frequência, ela se torna normal.*

Chimamanda Ngozi Adichie

²⁰ Artigo não publicado aqui, pois está em processo de submissão para revista científica, para o qual é preciso assegurar ineditismo.

MEIO DE CONVERSA

Perdemos muito tempo ensinando as meninas a se preocupar com o que os meninos pensam delas. Mas o oposto não acontece. Não ensinamos os meninos a se preocupar em ser “benquistos”.

Chimamanda Ngozi Adichie

Continuando as reflexões

Até aqui, percebemos que a despeito dos esforços brasileiros refletidos em políticas públicas para reduzir índices de violência contra mulheres no país, os números continuam preocupantes. A situação de Porto Velho é parte do todo brasileiro, sendo um reflexo desta. Só em 2017, 4.936 mulheres foram assassinadas no Brasil, das quais mais de 66% eram negras, indicando que o racismo também está relacionado às altas taxas de mulheres mortas por agressão. No mesmo ano, em Rondônia foram assassinadas 68 mulheres, das quais 40 eram negras; esses números fazem do estado oitavo lugar dentre as unidades federativas brasileiras (IPEA; FBSP, 2019).²¹

A sanção da Lei 11.340 em 2006 significou para as mulheres brasileiras um grande passo no enfrentamento à violência, além de um caminho para a tão necessária igualdade entre gêneros, uma vez que a lei determinava destaque para este conteúdo e correlatos nos currículos escolares de todos os níveis de ensino (BRASIL, 2006). No entanto, completados doze anos da lei, o que temos visto é que a discussão sobre gênero e questões relativas tem, ao contrário da determinação legal, perdido espaço:

De forma tortuosa, o fortalecimento das áreas de pesquisa de gênero e das políticas públicas educacionais na temática se depararam com uma reação conservadora que traduz as demandas por reconhecimento, a partir de uma leitura enviesada, em uma ameaça às famílias, às crianças e, no limite, à sociedade (BALIEIRO, 2017, p. 3).

Através de justificativas balizadas por situações políticas, econômicas e religiosas, as discussões em gênero, e até mesmo a simples menção do termo, têm sido silenciadas no âmbito escolar. Ora, isto complica não só a vida das mulheres, pois o gênero permeia todas as relações sociais desiguais (SCOTT, 1995); logo, em uma sociedade tão desigual²² como a nossa, discutir gênero (junto a sexo, raça/etnia e classe) é fundamental. Esta também é a opinião de Connell e Pearse (2015, p. 27), que entendem que para alcançar a justiça e a paz tão evocadas nas discussões políticas, “precisamos de conhecimento bem fundamentado e de uma compreensão sofisticada sobre as dinâmicas de gênero”.

²¹ Dados também disponíveis em infográficos no portal do Atlas da Violência, que pode ser acessado em <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia>. As informações dão conta de que dentre as dez unidades federativas mais perigosas para as mulheres, cinco delas estão na Região Norte.

²² Ou melhor, cujo motor tem sido a própria desigualdade.

Na lei brasileira, também foi estipulada a criação de juízos específicos para os casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, incluindo a possibilidade de equipe multidisciplinar nestes órgãos, com as seguintes atribuições:

[...] fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e **desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes** (BRASIL, 2006, p. 3, grifo nosso).

Outro documento detalha por quem deve ser composta essa equipe multidisciplinar: “[...] profissionais de Ciências Sociais/Pedagogia/Psicologia ou Serviço Social, com experiência na condução de grupos e capacitados nas questões de gênero, feminismo e masculinidades” (SPM, 2011, p. 70). Contudo, Porto e Bucher-Maluschke (2012a, 2012b) discutem que essas orientações são confusas, pois indicam necessidades multidisciplinares e não especificam a contribuição de cada área específica, ao contrário, fazem entender que a equipe poderia ser composta por apenas um tipo de profissional, já que a capacitação descrita é possível em qualquer formação. Nessa perspectiva, as autoras concluem que a atuação da Psicologia pode ser repensada nesse contexto para trabalhar simultaneamente nos vieses sociopolítico e subjetivo, levando em conta a especialidade psicológica.

É também ganho da Lei Maria da Penha a determinação de medidas outras que não a prisão para homens autores de violência contra mulheres. Nesse âmbito, é destacável o inciso V do artigo 35 quando propõe a criação de “centros de educação e reabilitação para os agressores” (BRASIL, 2006, p. 3), salientando depois que “o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação” (p. 4). Recentemente a lei foi alterada “para obrigar o agressor a frequentar centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial” (BRASIL, 2020a, página virtual), dando aos/às juízes/as a possibilidade de tomar estas medidas já na fase investigatória dos casos (BRASIL, 2020b).

Todavia, Leite e Lopes (2013) defendem que tais atividades educativas ainda estão em fase experimental no país e enumeram os motivos: “por ser um trabalho desenvolvido diretamente com o homem [...]; por demandar metodologia própria e equipes especializadas; e pela tendência ao encarceramento” (p. 25). Além destas, é possível acrescentar que o cenário político/econômico do país não tem favorecido a criação de lugares específicos para este trabalho, pois isto demandaria gastos. Assim como esta autora e autor, acreditamos que grupos

reflexivos/educativos são importantes para desestabilizar ainda mais a cultura machista e sexista em que nos encontramos, no sentido de problematizar para desconstruir.

Em Porto Velho, cidade que até pouco tempo ocupava o sétimo lugar dentre as capitais brasileiras mais violentas para mulheres (WAISELFISZ, 2015), o Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (JVDFCM) tem desenvolvido desde 2009 o Projeto Abraço, que inclui “acompanhamento psicossocial com agressores e vítimas, tendo como eixo principal encontros no formato de grupo de reflexão, ocorridos uma vez por semana, com duração de uma hora e meia” (DANTAS, 2017, p. 18). Entre 2010 e 2015 este projeto atendeu mais de 1800 homens e mulheres, e os resultados divulgados são positivos, como a superação de preconceitos por parte dos homens e a saída da situação de dependência e violência para as mulheres (TJRO, 2016). Em estudo mais recente Ferro (2019) avalia a influência destes grupos nas taxas de reincidência dos homens agressores, concluindo que as reuniões contribuem para que a violência não seja repetida por eles.

Nesta mesma capital, de 2013 a 2015 desenvolvemos o projeto “Violência contra as mulheres em Porto Velho-RO e as políticas públicas de enfrentamento”, apoiados pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Com o projeto, buscamos investigar a violência contra mulheres nesta capital após a promulgação da Lei Maria da Penha, e a implantação das políticas públicas de enfrentamento pelos diferentes níveis de gestão.

No primeiro ciclo (2013-2014), levantamos dados quantitativos e concluímos que de 2007 a 2011 a violência psicológica se sobressaiu nas denúncias realizadas na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Porto Velho, seguida pela violência física (ANDRADE; TAMBORIL, 2014; BARBOSA; TAMBORIL, 2014; SOUZA; TAMBORIL, 2014). Aferimos ainda que a implantação das políticas públicas federais neste município demandou grandes esforços da gestão (XAVIER; TAMBORIL, 2014). Esta primeira etapa resultou em um capítulo de livro (TAMBORIL *et al.*, 2014), que comenta como as políticas públicas foco da nossa investigação estão organizadas em nossa cidade.

No segundo ciclo (2014-2015), conseguimos levantar dados relativos aos atendimentos psicossociais realizados no JVDFCM de Porto Velho, acompanhar o processo judicial de alguns casos na Promotoria do Ministério Público de Rondônia (MPRO) e investigar o serviço psicológico oferecido em alguns dispositivos da Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência. Disto, problematizamos: a baixa escolaridade e juventude dos homens, alta

porcentagem de casos em que estes faziam uso de bebidas alcoólicas, a morosidade nas respostas judiciais oferecidas às mulheres dentro da Rede de Atendimento, bem como a necessidade de qualificação de profissionais para o trato com as mulheres e homens, de forma a poder ampliar e melhorar o alcance desses serviços (ANDRADE; TAMBORIL, 2015; BARBOSA; TAMBORIL, 2015; SOUZA; TAMBORIL, 2015).

Agora, nesta pesquisa, voltamo-nos mais especificamente às intervenções em grupo no JVDFCM. Pelos resultados propalados²³, consideramos que é preciso conhecer melhor as atividades realizadas no Projeto Abraço. Como explicam Leite e Lopes (2013), é preciso avaliar ações desse tipo em dois termos: de organização e realização, e de resultados e consequências. Assim, nosso propósito é analisar os resultados Projeto Abraço a partir da narrativa de uma participante egressa. Pensamos ser pertinente estudar a intervenção em grupo com mulheres no JVDFCM em Porto Velho e entender melhor a experiência de quem participou. Dessa forma, acreditamos ser possível colaborar para a melhoria da execução das políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres, partindo da reflexão sobre sua realização nesse contexto em que os índices e episódios de violência contra mulheres continuam dignos de manchete.

Intervenções de grupo em violência contra mulheres

O começo das intervenções com homens que cometeram violência data do fim dos anos 1970 nos Estados Unidos, logo após o movimento feminista indicar a violência contra mulheres como problema social e serem criados os primeiros serviços de apoio a elas. Atualmente essa forma de intervir é entendida como uma das possíveis para enfrentar a violência de gênero, procurando garantir a segurança das mulheres e crianças que vivem essa problemática (ANTEZANA, 2011).

A primeira ação estadunidense aconteceu em 1977 com o “Emerge”, programa educativo para homens que ainda hoje dedica esforços para alcançar o fim da violência em relacionamentos íntimos. Na página virtual do programa²⁴, apresentam o que fazem para alcançar essa meta:

²³ Os estudos que encontramos focados na realização e em participantes deste projeto (FERRO, 2019; DANTAS, 2017) foram realizados por pessoas que trabalham no local.

²⁴ Acessível em: emergedv.com.

[...] Emerge procura educar agressores, prevenir que jovens aprendam a aceitar a violência em seus relacionamentos, melhorar respostas institucionais à violência doméstica, e aumentar a consciência pública sobre as causas e soluções para a violência pelo parceiro. Com o desenvolvimento de grupos de educação para paternidade, Emerge aumentou sua missão para incluir o objetivo de ajudar homens a se tornarem pais mais responsáveis.

Adams (2003) relata que foi após vários estados norte-americanos começarem a instaurar políticas de prisão e julgamento de autores de violência doméstica que os programas de intervenção com estes homens aumentaram, devido ao salto no número de prisões e processos desse tipo, o que parece bem similar ao que aconteceu no caso brasileiro. Também como no Brasil, os programas norte-americanos possuem os objetivos de proteger as vítimas e responsabilizar os agressores e seguem protocolos diferentes em cada lugar. Contudo, Beiras *et al.* (2007), que entrevistaram coordenadores e facilitadores do programa Emerge, encontraram uma diferença significativa com relação às políticas brasileiras: não houve menção ao conceito de gênero.

A revisão de Ferraro (2017) dos programas de intervenção nos Estados Unidos com “homens que batem”²⁵ indica que por lá existem basicamente três tipos: psicoeducacional, psicodinâmico e cognitivo-comportamental. O primeiro foca na educação sobre as dinâmicas da violência doméstica e na responsabilização dos homens pela mudança de crenças e de comportamento; o segundo une aspectos do tratamento psicológico tradicional e discussões sobre padrões de pensamento negativo, gênero e poder; o terceiro foca na mudança dos padrões de pensamento negativo adquiridos na aprendizagem social, como a exposição à violência parental durante a infância e roteiros culturais endossando a violência pelo homem. Ela salienta que essa divisão não é rígida, dizendo que alguns lugares combinam elementos das diferentes abordagens, e identifica duas teorias principais que baseiam estes serviços, uma focando no indivíduo e outra na sociedade. Cita também a recomendação de outros/as autores/as, de identificar o tipo de “homem que bate” para encaminhá-los aos programas: somente família, que é de leve a moderadamente violento com a família mas geralmente não o é com pessoas fora dessa seara; borderline/disfórico, que é dependente da parceira e teme o abandono, frequentemente exibindo raiva explosiva e podendo ser extremamente agressivo; e violento no geral, um tipo antissocial, agressivo com pessoas na família e fora dela, sendo o mais perigoso e resistente à mudança. Suas considerações reforçam essa recomendação e informam que é

²⁵ *Batterer*, no idioma original. A autora diz que esta palavra se refere a pessoas que cometeram violência grave de forma repetida contra a/o parceira/o, expressando preocupação com seu uso para qualquer participante das intervenções, pois considera que alguns homens não se encaixam nessa descrição.

apropriado manter diretrizes que mantenham nos programas a responsabilização do homem e expliquem a dinâmica e o impacto da violência doméstica. Frisa ainda que nenhuma intervenção pode ser avaliada sem levar em conta o contexto comunitário e social, e o significado destes para as vítimas e perpetradores.

Antezana (2012) faz uma distinção semelhante e mais ampla, indo além dos Estados Unidos, e diferencia no geral quatro modelos/enfoques nas intervenções com homens que cometeram violência. O psicopatológico desconsidera o ambiente social e cultural e entende que a violência decorre de problemas de personalidade e psicopatologia, sendo uma abordagem tipicamente clínica. O psicoeducativo pró-feminista focaliza a leitura de gênero e a dinâmica de poder e controle dos homens sobre as mulheres, funcionando através de grupos educativos; era no princípio baseado na educação de Paulo Freire, mas tem assumido versões reducionistas e posições dominantes, bastante próximas do viés cognitivo-comportamental. Neste, mediante técnicas, há a perspectiva de mudar os pensamentos, as crenças equivocadas dos homens sobre o comportamento violento, pois estas seriam a própria causa da violência. Já para o enfoque narrativista-construtivista as pessoas participam de maneira ativa na construção de si e da sociedade, e sua subjetividade é entendida no contexto social, bem como a violência; busca pelo diálogo conhecer as experiências pessoais no intuito de promover a retomada de si em “[...] uma forma de existir mais ética e responsável” (p. 19).

No Brasil, as primeiras iniciativas com homens que cometeram violência remetem ao Instituto Noos, no Rio de Janeiro, que desde 1999 realiza grupos reflexivos com homens e mulheres, com constante avaliação e monitoramento das atividades. O Noos sistematizou sua atual metodologia em um documento, detalhando seus referenciais teóricos e a facilitação dos grupos, uma proposta para o desenvolvimento de atividades semelhantes realizadas pelo país. Em suas bases teóricas estão o construcionismo social, os estudos de gênero e teorias feministas, a educação popular e os pensamentos sistêmico, ecológico e da complexidade (BEIRAS; BRONZ, 2016).

Alguns/algumas pesquisadoras no Brasil têm se dedicado a estudar os grupos realizados com homens que cometeram violência, avaliando-o em suas bases teóricas e metodológicas para apontar possíveis melhoramentos. Abaixo, os achados de algumas pesquisas:

Programas de atenção a homens autores de violência latino-americanos – A importância da ampliação de discussões referentes à violência masculina, após um ano de Lei Maria da Penha (BEIRAS *et al.*, 2007): A partir de entrevistas semiestruturadas com gestores de programas realizados nos Estados Unidos (Cambridge e Massachussets), México, Argentina e

Peru, apontam que enquanto na América Latina existe uma forte ligação com o feminismo e estudos de gênero, nos EUA essa palavra sequer é mencionada nas diretrizes desses programas, assumindo um cunho individualista de atuação. Indicam que é necessário politizar as atividades com homens autores de violência, para produzir questionamentos que colaborem na desconstrução das relações opressoras entre gêneros.

Relatório Mapeamento de serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro (BEIRAS, 2014): Relata a existência, na época, de 25 programas realizados com homens autores de violência pelo Brasil. Dos 25, 19 responderam questionários sobre a realização do serviço. Salienta as diferenças existentes na execução dessas atividades e sua expansão após o advento da Lei Maria da Penha. Indica ainda a necessidade do atendimento multidisciplinar em rede, e do atendimento a todos/as atingidos/as pela violência.

Relatório de pesquisa Violência contra mulheres: os serviços de responsabilização dos homens autores de violência (LINHARES; PITANGUY, 2016): Através de pesquisa telefônica, buscaram conhecer melhor os serviços identificados no título; realizaram também estudo de caso em cinco localidades brasileiras. Aqui aparece um projeto realizado em Rondônia, articulado com o Ministério Público e criado em 2011²⁶. Chamam atenção para a falta de diretrizes comuns a estes serviços, o que gera distanciamento de alguns deles da proposta política da Lei Maria da Penha, dificultando o desvelamento da violência como relação de poder.

Diante destes apontamentos, lembramos que o documento da Secretaria de Políticas para as Mulheres, o qual explica a Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, inclui direções para o trabalho com homens, indicando que devem ocorrer “por meio da realização de atividades educativas e pedagógicas que tenham por base uma perspectiva feminista de gênero”, devendo “contribuir para a conscientização dos agressores sobre a violência de gênero como uma violação dos direitos humanos das mulheres e para a responsabilização pela violência cometida” (p. 66). Nesse mesmo escrito, é salientado que o atendimento dos homens deve ocorrer articulado com os serviços da Rede de Enfrentamento, já que o trabalho com eles não deve se constituir em um atendimento individual, o que se necessário deve levar ao encaminhamento a outros serviços. Assim, é possível dizer que no Brasil as diretrizes existem, mas a falta de obrigatoriedade ou fiscalização propicia diversas formas de realização.

²⁶ Apesar de oficializado em 2011, o Projeto Abraço começou a realizar suas atividades em 2009.

Como exemplo, a pesquisa de Gonçalves (2015) sobre quatro atividades realizadas com homens em três cidades de Minas Gerais, leva ao entendimento de que cada uma das intervenções se baseia em diferentes combinações teóricas, traduzidas em diferentes metodologias. O autor ainda conclui que o entendimento de gênero, tal como aparece no discurso dos gestores dos programas, é reduzido ou esvaziado, diminuindo a dimensão das relações de poder entre homens e mulheres. Logo, baseado neste estudo, parece que as diretrizes por si não dão conta de garantir a qualidade dessas intervenções, o que deveria ser observado mais de perto.

Na situação dos Estados Unidos, em alguns estados as intervenções com os homens que agrediram mulheres possuem padrões de certificação obrigatórios a serem seguidos, enquanto em outros as instruções funcionam apenas como uma linha a ser seguida, mas com alguma supervisão. Tais padrões são, além de uma forma de garantir a qualidade das atividades, meios de garantir o financiamento estatal ou municipal dos programas certificados, uma vez que somente os atestados são financiados. Mesmo assim, os programas norte-americanos podem ser considerados ecléticos em sua realização, até porque estão sempre mudando devido às constantes avaliações, sejam elas sobre a própria realização do serviço ou sobre as mudanças ocorridas no contexto em que são realizadas (ADAMS, 2003).

Na Europa, muitos países adaptaram o Modelo Duluth²⁷ de intervenção em grupo com homens, realizado no Programa de Intervenção ao Abuso Doméstico²⁸. Esse modelo se baseia na “roda de poder e controle”, um esquema que inclui oito categorias de abuso relacionadas aos dois conceitos que o nomeiam. Cada categoria é investigada durante as sessões em grupo, procurando identificar como está presente no relacionamento e como afeta a vítima (ADAMS, 2003). Tal modelo de intervenção parece mais adequado a lugares com um alto nível de conscientização política e entendimento de vivência comunitária, uma vez que, segundo os criadores, um lugar que utilize ou se baseie nesse modelo:

Já retirou a culpa da vítima e responsabiliza o agressor pelo abuso; tem políticas e procedimentos para deter os ofensores responsabilizados e manter as vítimas seguras em todos os serviços criminais e civis, da polícia aos tribunais; prioriza a voz e experiência das mulheres que foram agredidas na criação de políticas; acredita que a agressão é um padrão de ações intencionalmente utilizado para controlar e dominar a parceira íntima e trabalha ativamente para mudar as condições sociais que apoiam o uso dessas táticas de poder e controle pelos homens sobre as mulheres; oferece oportunidades de mudança para agressores através de encaminhamentos

²⁷ Duluth é uma comunidade localizada no estado de Minnesota, nos Estados Unidos.

²⁸ Domestic Abuse Intervention Project.

judiciais para grupos; fomenta discussões no âmbito judiciário, civil e comunitário para selar lacunas e melhorar a resposta comunitária às agressões.

29

Portanto, as condições para o Modelo Duluth estão relacionadas a lugares onde as pessoas já entendem a magnitude do problema que constitui a agressão contra mulheres, envolvendo a compreensão de que o problema é social e cultural, e não somente algo da esfera individual ou do casal. O Brasil, pelo que entendemos e pelo que as pesquisas de opinião demonstram³⁰, ainda está distante dessa mentalidade. Entretanto, há de se salientar que em nosso país os índices de violência contra mulheres são discrepantes quando se analisam as regiões, os estados, os municípios. Assim, existem estados de uma mesma região que caminham em contramão. Na Região Norte, por exemplo, enquanto Tocantins registrou uma queda de 15,6% em assassinatos de mulheres de 2016 para 2017, o Acre elevou em 47,8% estes números (IPEA; FBSP, 2019).

De toda maneira, ainda que longe do contexto dos modelos norte-americanos, o Brasil tem desenvolvido intervenções com homens que cometeram violência contra mulheres. Através de pesquisa telefônica, Linhares e Pitanguy (2016) identificaram em dez capitais brasileiras a existência de trabalhos desse tipo. Em três capitais, as ligações não foram atendidas, e no restante, foram encontradas as seguintes situações: em três, programas em parcerias com universidades, distantes da proposta da SPM; em dez, extinção ou inexistência dos serviços; e em uma não foi possível verificar se o programa continuava ativo. As autoras salientam que a pesquisa privilegiou as capitais por entender que é nelas que se concentram as estruturas especializadas como os juizados e as defensorias públicas, considerando seu intuito de encontrar atividades relacionadas à proposta da Lei Maria da Penha. Citam ainda a existência em Porto Velho de “uma iniciativa mantida pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar” (p. 16), o “Projeto Abraço: grupos reflexivos para homens autores de violência” (p. 38), realizado no setor psicossocial pela equipe multidisciplinar do Juizado e sem recursos específicos destinados. Segundo as autoras, o encaminhamento dos homens a este projeto acontece “[...] em qualquer fase processual, mas em geral é após o interrogatório. Outras

²⁹ Explicações disponíveis na página virtual que explica o modelo de intervenção realizado em Duluth: <https://www.theduluthmodel.org/what-is-the-duluth-model>. Acesso em: 30 ago. 2020.

³⁰ A pesquisa *Tolerância social à violência contra as mulheres* realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2014), demonstra as contradições existentes no país quando o assunto é violência contra as mulheres. Enquanto 91% dos/as perguntados/as concordou que os homens que batem na esposa têm de ser encarcerados (refletindo a mentalidade de prisão como punição), 82% concordaram que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, uma referência ao dizer popular que reforça a ideia de que os problemas de um casal, incluindo a violência, competem apenas ao casal, dirimindo a responsabilidade da sociedade.

situações: quando a mulher solicita a suspensão das medidas protetivas, quando o homem sai do sistema prisional e a pena restritiva de liberdade é substituída pela participação nos grupos” (p. 41).

Em 2015, realizamos uma pesquisa documental no Projeto Abraço. Das 469 fichas de atendimento que estudamos, retiramos dados relativos às características dos homens e dos casais atendidos em Porto Velho:

As informações coletadas apontam que a maioria dos homens atendidos no Núcleo Psicossocial tem entre 26 e 39 anos (54,6%) e alcançou o Ensino Fundamental (47,8%). Quanto à situação econômica, quase metade dos casais atendidos possui renda de até dois salários mínimos (43,7%). Os dados indicam ainda que a maioria dos casais permaneceu junto após a formalização do processo no Juizado (49%), apesar de nos últimos três anos as separações terem sobressaído. Chama atenção a grande quantia de casos em que há o envolvimento de drogas (62%), principalmente o álcool (57%). A violência física e a psicológica foram responsáveis por quase todos os atendimentos (95,8%) (ANDRADE; TAMBORIL, 2015, p. 225).

Além da pesquisa documental, também pudemos observar a realização dos grupos no local e conversar informalmente com as/os profissionais à frente deste serviço realizado no setor psicossocial. As falas sobre o projeto e seus resultados são muito positivas, sendo o mesmo divulgado pelo Tribunal de Justiça de Rondônia como uma experiência de referência para outros lugares. De 2010 a 2015, o Abraço atendeu quase 2000 pessoas, entre homens e mulheres (TJRO, 2018, 2016).

As intervenções em grupo com mulheres em situação de violência surgiram também no contexto das reivindicações feministas de meados dos anos 1960 e 1970, aparecendo primeiramente em abrigos para vítimas que haviam deixado seus maridos abusivos. Desde então, a principal característica desses grupos é oferecer às mulheres apoio e proporcionar novas perspectivas para lidar com relacionamentos abusivos, a partir do ponto de vista das outras participantes, que vivem a mesma situação, mas estão em fases diferentes (TUTTY; BIDGOOD; ROTHERY, 1993). Matos *et al.* (2012, p. 84), pesquisadoras portuguesas, a partir de uma revisão de literatura internacional concluem que os resultados das atividades em grupo com mulheres em situação de violência aparecem nos estudos como positivos, anunciando esta experiência “como útil para este tipo de população, nomeadamente ajudando a recuperar o controlo sobre a sua vida e a diminuir a violência que experienciam”.

Em Portugal, há um manual para a intervenção em grupo com mulheres (CIG, 2011), que dá as diretrizes para a realização de oito sessões (nome utilizado no documento). Os encontros

destes Grupos de Ajuda Mútua (GAM, como são abreviados no referencial português) contemplam três grandes temáticas: “significação das dinâmicas íntimas violentas, aquisição de competências (pessoais, relacionais, sociais), promoção de relações íntimas saudáveis” (p. 63). Os objetivos são:

Validar as histórias pessoais de vitimação; Empoderar; Restabelecer o controlo sobre a sua vida; Reduzir o isolamento social; Modificar crenças legitimadoras da violência; Desconstruir os papéis tradicionais de gênero; Promover relações íntimas saudáveis (ex: assertividade); Desenvolver a resolução de problemas e a tomada de decisão (p. 63).

Os resultados preliminares apontados são positivos e encorajam o aprimoramento e a difusão dos grupos em nível nacional em Portugal (CIG, 2011). Importante comentar que lá, assim como aqui, essas práticas de intervenção também estão previstas em documentos legais, muito embora aqui não existam diretrizes para o trabalho com mulheres. Uma outra diferença é que enquanto aqui nos referimos à violência contra mulheres, os portugueses combatem a violência doméstica de modo geral, mas a destacam como violência de gênero (PORTUGAL, 2010).

No Brasil, até o momento encontramos poucas informações sobre os grupos para mulheres, mas o Instituto Noos (BEIRAS; BRONZ, 2016, p. 13) resume os resultados de seu trabalho: “[...] no caso das mulheres uma melhora na autoestima e, por conseguinte, a possibilidade de obter uma maior independência em relação aos parceiros e uma maior autonomia na vida”. Estes resultados são muito similares aos anunciados por uma das psicólogas do Projeto Abraço: “Aqui elas se deparam com situações semelhantes e acabam se reconhecendo. Compreendem melhor o que está acontecendo e se fortalecem para se libertarem da dependência e mais violência” (TJRO, 2016, p. 3). Assim, são promissoras as contribuições que estes grupos oferecem nas esferas pessoal e social.

A seguir, exponho a pesquisa empírica qualitativa, focada na análise dos efeitos do grupo do Projeto Abraço com base na narrativa de uma participante egressa. A realização da pesquisa foi pautada nos princípios éticos referentes à pesquisa com seres humanos (BRASIL, 2016, 2012), bem como em outros aspectos próprios de estudos em que a reflexividade (MINAYO; GUERRIERO, 2014) é constante na produção/construção dos dados. Assim, o projeto desta pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil e apreciado pelo Conselho de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) de nossa universidade. Os números do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) e do Parecer foram, respectivamente, 11247219.6.0000.5300 e 3288873.

SEGUNDO ARTIGO³¹

É por intermédio da família que aprendemos a pensar e a sentir em relação a nós mesmos e o que esperar dos outros. As bases emocionais são estabelecidas pela maneira como nossos pais nos trataram, as maneiras pelas quais tratavam um ao outro, as mensagens que seus comportamentos nos transmitiam e os modos pelos quais absorvemos as informações.

Susan Forward

O silêncio é o que permite que as pessoas sofram sem remédio, o que permite que as mentiras e hipocrisias cresçam e floresçam, que os crimes passem impunes. Se nossas vozes são aspectos essenciais da nossa humanidade, ser privado de voz é ser desumanizado ou excluído da sua humanidade. E a história do silêncio é central na história das mulheres.

Rebecca Solnit

³¹ Artigo não publicado aqui, pois está em processo de submissão para revista científica, para o qual é preciso assegurar ineditismo.

FIM DE CONVERSA

*Porque seu marido tinha uma propriedade singular:
bastava sua presença para que os menores movimentos
de seu pensamento ficassem tolhidos.*

Clarice Lispector

*A teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária.
Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça
e dirigimos nossa teorização para esse fim.*

bell hooks

Não sabemos se em “A fuga” Clarice Lispector falava de violência contra mulheres. Enigmática como era, se questionada sobre isso talvez retrucaria “e eu lá sei”, como fez tantas vezes na entrevista que deu pouco antes de sua morte. O excerto citado, no entanto, nos sugere que sim, há algum tipo de violência ocorrendo nesse relacionamento. Não podemos dizer que é saudável, em quaisquer condições, quando a presença de alguém nos restringe o pensamento. Em um relacionamento íntimo então, isso tampouco seria adequado. Seria essa a maneira de Clarice falar sobre a violência psicológica sofrida por tantas mulheres?

Decorridos mais de 70 anos da escrita deste conto, encontramos-nos hoje em um Brasil cujo índice de violências contra mulheres e meninas, perpetradas por homens, é altíssimo. O assunto, que à época de Clarice morria onde começava, na seara do lar e da família, hoje é foco de políticas públicas. Ou seja, um assunto complicado que era considerado privado, agora é reconhecido como problema público que impede a plena saúde das mulheres e desenvolvimento das nações. Essa virada, no entanto, não trouxe a garantia de diminuição da violência, muito menos de sua erradicação.

Como visto no levantamento bibliográfico que realizamos, muitas mulheres continuam sendo assassinadas no país. E esses episódios caracterizam somente a superfície do problema: antes da fatalidade, essas mulheres com certeza passaram/passam por outras violências, essas de deixar o pensamento tolhido. Não é especulação. As pesquisas que trouxemos mostram que a violência psicológica e a física são as que mais aparecem nos relatos das mulheres em todo o Brasil, e que cada vez mais a população em geral consegue perceber esses abusos contra as mulheres no cotidiano.

Elas ainda são as maiores vítimas do machismo, do patriarcado e da desigualdade de poder entre gêneros. Apesar disso, ressaltamos que a determinação de gestos, atitudes e escolhas estimuladas por modelos regulados nas relações sociais/culturais complica a vida de todas e todos, mulheres e homens e até quem não se percebe em nenhum dos polos. Mas é notável que as mais prejudicadas nesse processo que se estende por séculos são as mulheres. Queimadas como bruxas, privadas de direitos, delegadas ao âmbito doméstico... Estas foram/são apenas algumas das complicações/violências impostas a elas.

Desse jeito, não raro é possível perceber a repetição de padrões de violência doméstica contra mulheres ao longo de gerações, e não podemos perder de vista que se a violência continua não é apenas por uma questão familiar ou individual, mas também pelo cenário social e pelas questões políticas e econômicas. Como indicou Simone de Beauvoir, em tempos de crise as

mulheres são as primeiras a perderem direitos. O gênero, contudo, não é a única pergunta que precisa ser realizada: as peculiaridades da classe, da raça e da etnia também precisam ser vistas.

Às mulheres e aos movimentos feministas e seus desdobramentos atribuímos grande parte desses conhecimentos. As reivindicações das mulheres permitiram não só mudanças em sua posição social e ampliação das suas possibilidades existenciais, mas também colaboraram para que os homens pudessem pensar sobre suas próprias vantagens e dificuldades para se manter na posição do macho. Deste modo, o estudo das masculinidades tem sido também transformador-libertador para alguns homens.

Porém ainda há um longo caminho a percorrer. Continua existindo, por exemplo, uma cobrança social para que as mulheres se casem com homens, o que muitas vezes acaba gerando sua entrada em relacionamentos que além de não serem satisfatórios, contêm violências visíveis e “invisíveis”. Da mesma forma, os homens, ao contrário, ainda se desenvolvem vendo, ouvindo e presenciando condutas de outros homens que se apresentam como aquelas corretas para o homem “macho”.

As mudanças em discursos e práticas estão acontecendo, mas quando falamos de machismo, patriarcado e desigualdade de poder é preciso destacar que essas construções vêm sendo reproduzidas por muitos séculos, e que para serem destituídas, precisam igualmente de muito tempo. Até no ambiente do Ensino Superior, onde pretensamente circulam saberes emancipadores, as mulheres sofrem com a violência, como publicado na pesquisa realizada pelos Institutos Avon e Data Popular *Violência contra a mulher no ambiente universitário*. Na UNIR mesmo, a artista visual Vitória Morão expôs em seu *Instagram* no fim do ano passado depoimentos de docentes, discentes e técnicas sobre abusos vividos no contexto acadêmico.

Logo, por ora não existem razões para sossegar. Pelo contrário, em geral as mulheres ainda ganham menos fazendo o mesmo trabalho que homens, ainda são muito pouco representadas na política, e mesmo em países onde o avanço é notório, como é o caso da Islândia, ainda convivem com a violência e o assédio sexual. O caso de pouca representação política de mulheres é visto no nosso país, como dito em algum momento deste trabalho. E como se isso não fosse suficiente, a política brasileira virou palco religioso onde os homens das igrejas decidem e exercem pressão nas políticas para as mulheres.

Este estudo apresenta várias limitações, que podem ser instigantes para a realização de outras pesquisas complementares. Mais mulheres e também homens que participaram dos grupos do Abraço devem ser escutadas/os, para confirmar ou refutar nossas avaliações baseadas na narrativa de Tati. É preciso também observar as reuniões que acontecem no projeto, para

entender melhor como os temas relacionados à violência contra mulheres e ao gênero são abordados. Outra interessante busca que pode ser feita é da representação política feminina em Porto Velho, de forma quantitativa e qualitativa, e suas relações com a realização das ações públicas para mulheres. Ainda, as opiniões de Tati sobre a DEAM da cidade mencionada fazem nos perguntar se há e como ocorre a capacitação para as profissionais que nela atuam.

O funcionamento e em especial a articulação da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência em Porto Velho necessitam de revisões periódicas, que considerem os pontos de vistas das mulheres quanto a sua eficácia. Pelo visto, continua sendo difícil para muitas mulheres da cidade o acesso à Rede, especialmente as que moram em zonas periféricas ou rurais, constituindo aí uma desigualdade socioespacial, como nomeiam alguns estudos. Por outro lado, as que conseguem acessar deparam com dificuldades no atendimento em si, assim como Tati, que ressaltou sua experiência na delegacia especializada.

Deste modo, fica registrado que por mais que sejam políticas relativamente recentes, sua estruturação e realização poderiam estar melhores depois dos anos decorridos. Especialmente a DEAM de Porto Velho, que atende desde 1985, em cenário ideal poderia ter desenvolvido seus trabalhos de maneira a pelo menos acolher bem as usuárias do serviço. Porém, considerando que o relato de Tati remonta a 2015, ficou evidente que nem o acolhimento ela conseguiu. Aliás, destaco aqui que, ao falar da delegacia, ela disse que não gostava deste assunto, pois a vontade era de chorar. Portanto, há ali uma memória que lhe desestrutura, um sentimento que ela prefere não contatar, associado ao que viveu na DEAM. Já no começo de 2021, esta instituição mudou de endereço para a zona leste de Porto Velho, para um lugar de melhor estrutura, esforços estes que esperamos que sejam estendidos também para o atendimento ao público.

Penso ser importante também dizer que neste país as dificuldades não existem somente com as políticas públicas para as mulheres. Há uma problemática nacional, que melhora em alguns lugares e piora em outros, a depender das associações entre os níveis de governo. De qualquer maneira, é notável que as políticas públicas são alvos de ataques e desmontes, em uma lógica de “pelo bem maior” que, quando olhada com cuidado, mostra as intenções latentes. No caso da delegacia para mulheres, Pellegrini e Boen (2020) indicam que além das questões políticas, há ainda questões burocráticas, morais e ideológicas que perpassam o cotidiano das profissionais e das usuárias do serviço. Nesse sentido, é indiscutível a necessidade de uma visão abrangente, tanto de quem implanta quanto de quem implementa tais políticas.

Ainda que sustentemos a importância da educação em seus diversos segmentos para possíveis avanços neste processo, admitimos que esta é outra área que necessita urgentemente

de uma revisão de pressupostos e objetivos. Especificando para a educação escolar pública, a atenção mais à forma e metas do que aos seus objetivos, os movimentos existentes de uma escola “sem partido” e o corte do tema gênero nos currículos parecem atualmente grandes desafios à transformação social por meio dela. Em 2020, a pandemia de COVID-19 veio a mostrar as dificuldades pelas quais passam estudantes e professores/as, muitas delas fruto da dialética excludente-includente, das desigualdades reiteradas a cada dia. No Brasil, a Psicologia também enfrenta adversidades. Desde conflitos entre as leituras possíveis dos fenômenos humanos, passando por embates com outras categorias profissionais, a insurgência de um movimento apartidário dentro da área, a oferta de formação em uma perspectiva mercadológica sem parâmetros mínimos a serem seguidos, dentre outras situações, apresentam-se como perguntas a serem refletidas.

No mais, apontamos a necessidade de averiguações sobre a existência de aproximações ao assunto gênero no cenário escolar/educativo portovelhense e rondoniense. A educação, seja como intervenção ou prevenção, apesar das situações expostas acima, continua sendo uma fonte de esperança. Precisamos educar meninos e meninas para a igualdade e viabilizar espaços de reflexão onde mulheres e homens possam se entender como sujeitas/os da história, com capacidade para se libertar de predeterminações, escrever sua própria existência e transformar esta realidade adoecedora em que estamos vivendo.

Referências da dissertação

ADAMS, Denise H. *Certified batterer intervention programs: history, philosophies, techniques, collaborations, innovations and challenges*. Texto adaptado e atualizado do artigo publicado na revista *Clinics in Family Practice*, v. 5, n. 1, maio 2003. Disponível em: futureswithoutviolence.org/userfiles/file/Children_and_Families/Certified%20Batterer%20Intervention%20Programs.pdf. Acesso em: 15 nov. 2018.

ADELMAN, Miriam; RIAL, Carmen. Uma trajetória pessoal e acadêmica: entrevista com Raewyn Connell. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 211-231, abr. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100012>

ALFAGEME, Ana. No país das mulheres fortes. *El País*, 07 mar. 2019. Disponível em: brasil.elpais.com/brasil/2019/03/02/internacional/1551565514_666875.html. Acesso em: 03 dez. 2019.

AMARAL, Jonathan Henriques do. O cérebro e a naturalização das diferenças de gênero em um artefato de divulgação científica. *In: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul (ANPED SUL)*, 9., 2012, Caxias do Sul. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/paper/viewFile/33/802>. Acesso em: 30 jul. 2020.

ANDRADE, Bruno Henrique Lins; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa. Mulheres e seus agressores: um estudo de inquéritos no Ministério Público de Rondônia. *In: Seminário Final do PIBIC/UNIR/CNPq – 2014/2015, 24., 2015, Porto Velho. Anais [...] Porto Velho: UNIR, 2015. p. 225.*

ANDRADE, Bruno Henrique Lins; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa. Violência contra as mulheres em Porto Velho-RO: caracterização de atendimentos no Centro de Referência “Sonho de Liberdade”. *In: Seminário de Psicologia, 4., 2014, Porto Velho. Anais [...] Porto Velho: UNIR, 2014. 12 p.*

ANTEZANA, Álvaro Ponce. Intervenção com homens que praticam violência contra seus cônjuges: reformulações teórico-conceituais para uma proposta de intervenção construtivista-narrativista com perspectiva de gênero. *Nova Perspectiva Sistêmica, v. 21, n. 42, 14 abr. 2012.*

ANTEZANA, Álvaro Ponce. *Modelos de intervención con hombres que ejercen violencia de género en la pareja: análisis de los presupuestos tácitos y re-consideraciones teóricas para la elaboración de un marco interpretativo y de intervención. In: Congresso Íberoamericano de Masculinidades e Equidade: Investigação e Ativismo, Barcelona, 7 e 8 de outubro de 2011, 27 p.*

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. *Boletim nº 03/2020: assassinatos contra travestis e transexuais em 2020. 8 p. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/06/boletim-3-2020-assassinatos-antra.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020.*

ANTUNES, Ricardo. Algumas teses (e ideias) sobre o sentido do trabalho. *In: FERREIRA, Januário Justino; PENIDO, Laís de Oliveira. Saúde mental no trabalho: coletânea do Fórum de Saúde e Segurança no Trabalho do estado de Goiás. Goiânia: Cir Gráfica, 2013. p. 201-208.*

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Trad. Édina de Marco. *Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, jan. 2000.*

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. *Physis, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 15-41, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000100003>*

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. A “guerra” contra o gênero: reações às últimas décadas de políticas de promoção da igualdade de gênero no Brasil. *Cad. Pagu, Campinas, n. 51, e175122, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700510022>*

BARBOSA, Prisma Inácio da Silva; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa. Serviço de atendimento psicológico e as mulheres vítimas de violência no âmbito das políticas de enfrentamento à violência doméstica na cidade de Porto Velho-RO. *In: Seminário Final do PIBIC/UNIR/CNPq – 2014/2015, 24., 2015, Porto Velho. Anais [...] Porto Velho: UNIR, 2015. p. 249.*

BARBOSA, Prisma Inácio da Silva; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa. Violência doméstica contra as mulheres em Porto Velho-RO nos anos de 2010 e 2011. *In: Seminário de Psicologia*, 4., 2014, Porto Velho. *Anais [...]* Porto Velho: UNIR, 2014. 15 p.

BARROCO, Sonia Mari Shima; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a formação e atuação do psicólogo em contexto de Educação Inclusiva. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 111-132, Mar. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642012000100006>

BBC News Brasil. Documentário conta drama de menino criado como menina após perder o pênis. *BBC News Brasil*, 24 nov. 2010. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/11/101123_gemeos_mudancasexo. Acesso em: 11 jul. 2020.

BEIRAS, Adriano *et al.* Programas de atenção a homens autores de violência latino-americanos: a importância da ampliação de discussões referentes à violência masculina, após um ano de Lei Maria da Penha. *In: Encontro Nacional da ABRAPSO*, 14., 2007, Rio de Janeiro. *Anais [...]* Disponível em: abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_140.pdf. Acesso em: 27 out. 2018.

BEIRAS, Adriano; BRONZ, Alan. *Metodologia de grupos reflexivos de gênero*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2016.

BEIRAS, Adriano. *Relatório Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2014.

BRASIL. *Lei nº 13984, de 3 de abril de 2020*. Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer como medidas protetivas de urgência frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial. Brasília: Presidência da República, 2020a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13984.htm. Acesso em: 22 jul. 2020.

BRASIL. Senado Federal. *Agressores de mulheres deverão ser reeducados, determina nova lei*. Brasília: Senado Federal, 2020b. Publicado em 06 abr. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/06/agressores-de-mulheres-deverao-ser-reeducados-determina-nova-lei>. Acesso em: 22 jul. 2020.

BRASIL. Senado Federal. *Cartilha Assédio moral e sexual no trabalho*. Brasília: Senado Federal, 2017. <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/publicacoes/cartilha-assedio-moral-e-sexual-no-trabalho>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016*. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais [...] Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 27 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012*. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 27 out. 2018.

BRASIL. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...] Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 151, p. 1-4, 8 ago. 2006.

CANGUÇU-CAMPINHO, Ana Karina; BASTOS, Ana Cecília de Sousa Bittencourt; LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira. O discurso biomédico e o da construção social na pesquisa sobre intersexualidade. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1145-1164, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000400013>

CARDOSO, Claudia Lins. A face existencial da Gestalt-terapia. In: Frazão, Lilian Meyer; FUKUMITSU; Karina Okajima (Orgs.). *Gestalt-terapia: fundamentos epistemológicos e influências filosóficas*. São Paulo: Summus, 2013. p. 59-75.

CARRASCO, Jorge. Expossoma humano, a “aura viva” que é “espelho” da nossa saúde. *BBC News Mundo*, 31 out. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-46029316>. Acesso em: 30 jul. 2020.

CASTAÑEDA, Marina. *O machismo invisível*. São Paulo: A girafa Editora, 2006.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. *Resolução nº 1, de 29 de janeiro de 2018*. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. *Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs*. Brasília, DF: CFP, 2019.

CIG. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero. *Violência doméstica: Intervenção em grupo com mulheres vítimas: Manual para profissionais*. Porto: CIG, 2011.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. *Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa*. Uberlândia: EDUFU, 2011.

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, maio 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>

CÔRREA, Mariza. *Não se nasce homem*. Trabalho apresentado no Encontro “Masculinidades/Feminilidades”, nos “Encontros Arrábida 2004”, Portugal. Disponível em:

http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/942_926_naosenascehomem.pdf. Acesso em: 11 jul. 2020.

CUBAS, Marina Gama; ZAREMBA, Júlia; AMÂNCIO, Thiago. Brasil registra 1 caso de agressão a mulher a cada 4 minutos, mostra levantamento. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 set. 2019. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/brasil-registra-1-caso-de-agressao-a-mulher-a-cada-4-minutos-mostra-levantamento.shtml. Acesso em: 30 jan. 2020.

DANTAS, Aline Rodrigues Moreira. *Violência conjugal: uma leitura psicanalítica sobre o agressor*. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 109 f., 2017.

DEJOURS, Christophe. *Trabalho Vivo*. Tomo 2. Brasília: Paralelo 15, 2012.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

FERNANDES, Tainah. *O que é, como enfrentar e como sair do ciclo da violência*. Agência Patrícia Galvão, 10 dez. 2018. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/o-que-e-como-enfrentar-e-como-sair-do-ciclo-da-violencia/?print=pdf>. Acesso em: 08 mar. 2020. 3 p.

FERRARO, Kathleen J. *Current research on batterer intervention programs and implications for policy*. Minneapolis: The Battered Women's Justice Project, dez. 2017.

FERRO, Álvaro Kalix. *O Projeto Abraço e a violência contra a mulher: relevância de um olhar sobre o agressor para a desconstrução da violência de gênero*. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça) – Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 105 f., 2019.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Atlas da violência 2018*. Rio de Janeiro: FBSP, 2018.

FREIRE, Paulo. Diálogo com universitários uruguaios: a importância da psicologia na prática educativa. In: FREIRE, Paulo. *Pedagogia da tolerância*. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 133-144.

FREITAS, Ana. A origem do conceito de empoderamento, a palavra da vez. *Nexo*, São Paulo, 06 out. 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/10/06/A-origem-do-conceito-de-empoderamento-a-palavra-da-vez>. Acesso em: 02 abr. 2020.

GAETANO, Phil. David Reimer and John Money gender reassignment controversy: the John/Joan case. *Embryo Project Encyclopedia*, 15 nov. 2017. Disponível em: <https://embryo.asu.edu/handle/10776/13009>. Acesso em: 11 jul. 2020.

GONÇALVES, João Paulo Bernardes. *As intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres ante suas bases teórico-metodológicas e perspectivas políticas: as experiências no estado de Minas Gerais*. 2015. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 200 f., 2015.

HELLER, Agnes. Estrutura da vida cotidiana. In: Heller, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 31-61.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Participação no mercado de trabalho e violência doméstica contra as mulheres no Brasil*. Texto para discussão 2501. Brasília: IPEA, 2019.

IPEA; FBSP. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Atlas da violência 2019*. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo: IPEA; FBSP, 2019.

IPEA; FBSP. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Atlas da Violência 2017*. Rio de Janeiro: IPEA; FBSP, 2017.

IPEA; FBSP. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Tolerância social à violência contra mulheres*. Brasília: IPEA, 2014.

JULIANO, Jean Clark. *A vida, o tempo, a psicoterapia: escritos de Jean Clark Juliano*. São Paulo: Summus, 2010.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A pedagogia do armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. *Revista Educação On-Line PUC-Rio*, n. 10, p. 64-83, 2012.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LARA, Lucia Alves Da Silva; ROMÃO, Adriana Peterson Mariano Salata. A diferenciação do cérebro masculino e feminino. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 45-48, fev. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-72032013000200001>

LEITE, Fabiana; LOPES, Paulo Victor Leite. In: LEITE, Fabiana; LOPES, Paulo Victor Leite (Org.). *Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública*. Rio de Janeiro: Iser, 2013.

LINHARES, Leila Barsted; PITANGUY, Jaqueline. *Relatório de pesquisa Violência contra mulheres: os serviços de responsabilização dos homens autores de violência*. Rio de Janeiro: Cepia, 2016.

LORENA. Direção: Joshua Rofé. Produção da Amazon Prime Video. Estados Unidos: Amazon Prime Video, 2019. 254 min.

LORENA GALLO FOUNDATION. *Our Programs*. Disponível em: <https://lorenagallofoundation.org/our-programs>. Acesso em: 12 jul. 2020.

LUCENA, Eleonora de. Bolsonaro é inimigo das mulheres. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2020/03/bolsonaro-e-inimigo-das-mulheres.shtml>. Acesso em: 02 abr. 2020.

MARTINELLI, Andréa. Após 28 anos, OMS deixa de classificar transexualidade como doença mental. *Huffpost Brasil*, 18 jun. 2018.

https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/18/apos-28-anos-transexualidade-deixa-de-ser-classificada-como-doenca-pela-oms_a_23462157. Acesso em: 12 jul. 2020.

MATOS, Marlene et. al. Intervenção em grupo com vítimas de violência doméstica: uma revisão de sua eficácia. *Aná. Psicológica*, Lisboa, v. 30, n. 1-2, p. 79-91, jan. 2012.

MOREIRA, Euza Aparecida da Silva; MARCOS, Cristina Moreira. Breve percurso histórico acerca da transexualidade. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 593-609, ago. 2019. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p593-609>

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1103-1112, abr. 2014. doi.org/10.1590/1413-81232014194.18912013

NOTHAFT, Raíssa Jeanine. *Intervenções com autores de violência doméstica e familiar na produção acadêmica nacional (2006-2015)*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 60 f., 2016.

NUCCI, Marina Fisher. Qual o sexo do seu cérebro? Concepções de gênero, sexualidade e desvio em pesquisas biomédicas contemporâneas. In: *Fazendo Gênero*, 9., 2010, Santa Catarina. *Anais [...]* Santa Catarina: UFSC, 2010. 5 p. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277222131_ARQUIVO_NUCCITrabalhocompletoFGGenero2010.pdf. Acesso em: 30 jul. 2020.

ONU Brasil. Nações Unidas Brasil. ONU Mulheres recomenda que igualdade de gênero seja incluída na resposta à pandemia. *Nações Unidas Brasil*, 18 mar. 2020a. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-mulheres-recomenda-que-igualdade-de-genero-seja-incluida-na-resposta-a-pandemia/>. Acesso em: 03 abr. 2020.

ONU Brasil. Nações Unidas Brasil. ONU Mulheres pede atenção às necessidades femininas nas ações contra a COVID-19. *Nações Unidas Brasil*, 24 mar. 2020b. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-mulheres-pede-atencao-as-necessidades-femininas-nas-acoes-contra-a-covid-19/>. Acesso em: 03 abr. 2020.

PATTO, Maria Helena Souza. O conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em educação. *Perspectivas*, São Paulo, v. 16, 119-141, 1993.

PELLEGRINI, Elizabete; BOEN, Mariana Tordin. Quem são as “vítimas de verdade” nas delegacias da mulher? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, e67802, 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n67802>

POUBEL, Paula Figueiredo; ANDRADE, Daniela Barros da Silva Freire. A cidade das meninas: um estudo em representações sociais. In: GRANDO, Beleni Saléte; PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio; CUNHA, Tereza; FERREIRA, Waldineia Antunes Alcântara. *Mulheres, culturas e identidades*. Curitiba, PR: CRV, 2018. p. 153-165.

PORTO, Madge; BUCHER-MALUSCHKE, Júlia Sursis Nobre Ferro. Atendimento psicológico e a Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 576-576, 2012a. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000300010>

PORTO, Madge; BUCHER-MALUSCHKE, Júlia Sursis Nobre Ferro. Violência, mulheres e atendimento psicológico na Amazônia e no Distrito Federal. *Psicol. Estud.*, Maringá, v. 17, n. 2, p. 297-306, 2012b. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722012000200013>

PORTUGAL. Diário da República. *Resolução do Conselho de Ministros n. 100/2010*. Diário da República, 1. série, n. 243, 17 dez. 2010.

PRAZERES, Leandro *et al.* Damares diz que denúncias de violência contra a mulher aumentaram 9% durante a pandemia. *O Globo*, São Paulo, 02 abr. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/damares-diz-que-denuncias-de-violencia-contramulher-aumentaram-9-durante-pandemia-24347077>. Acesso em: 03 abr. 2020.

PROSENEWICZ, Ivania. *Representações sociais de mulheres, agressores e implementadores de políticas públicas e serviços de enfrentamento em Rondônia*. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2018.

RABY, Rebecca C. Re-configuring Agnes: the telling of a transsexual's story. *Journal of the Canadian Lesbian and Gay Studies Association*, v. 2, 2000, p. 18-35.

SACONI, João Paulo; GUERRA, Rayanderson. Atlas da Violência 2019: número de mortos por arma de fogo cresce 6,8% e atinge patamar inédito. *O Globo*, São Paulo, 05 jun. 2019. Disponível em: oglobo.globo.com/brasil/atlas-da-violencia-2019-numero-de-mortos-por-armas-de-fogo-cresce-68-atinge-patamar-inedito-23718281. Acesso em: 24 jan. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SBP. Sociedade Brasileira de Pediatria. Disforia de Gênero. *Guia Prático de Atualização*, n. 4, jun. 2017. 18 p. Disponível em: sbp.com.br/fileadmin/user_upload/19706c-GP_-_Disforia_de_Genero.pdf. Acesso em: 12 jul. 2020.

SCHMIDT, Beatriz *et al.* Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). *Estud. psicol. (Campinas)*, Campinas, v. 37, e200063, 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200063>

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 63-95.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *e-cadernos ces* [Online], v. 18, p. 106-131, dez. 2012. <http://dx.doi.org/10.4000/eces.1533>

SOUZA, Naiara Alves de; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa. Da violência anunciada à violência silenciada: um estudo da efetivação da Lei Maria da Penha na coibição da violência doméstica contra a mulher. *In: Seminário Final do PIBIC/UNIR/CNPq – 2014/2015, 24., 2015, Porto Velho. Anais [...] Porto Velho: UNIR, 2015. p. 245.*

SOUZA, Naiara Alves de; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa. Violência vivida e silenciada: um estudo da violência doméstica contra as mulheres em Porto Velho-RO. *In: Seminário de Psicologia, 4., 2014, Porto Velho. Anais [...] Porto Velho: UNIR, 2014. 15 p*

SPM, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres*. Brasília: SPM, 2011.

TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa *et al.* Políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres: “mire e veja”. *In: URNAU, Lílian Caroline; PACÍFICO, Juracy Machado; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa (Org.). Psicologia e políticas públicas na Amazônia: pesquisa, formação e atuação. Curitiba: CRV, Porto Velho: Edufro, 2014. p. 125-141.*

TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa; CORREIRA, Danielle Gonçalves; PAGUNG, Luana Jessica Gomes. Mães abandonadas: a intersecção de gênero e classe em processos de destituição do poder familiar nos anos de 2016 e 2017 em Porto Velho-RO. *In: TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa; ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto; URNAU, Lílian Caroline. Diálogos amazônicos em Psicologia. Porto Velho: Temática Editora, 2019. p. 103-121.*

TARAUD, Cristelle. A virilidade em situação colonial: do final do século XVIII à Grande Guerra. *In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, Georges. História da virilidade: O triunfo da virilidade: o século XIX: Volume 2. Dirigido por Alain Corbin. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 414-436.*

TJRO. Tribunal de Justiça de Rondônia. “Abraço” se consolida como referência em projeto de combate à violência doméstica. *TJRO*, Porto Velho, 14 fev. 2018. Disponível em: tjro.jus.br/noticias/item/8931-abraco-se-consolida-como-referencia-em-projeto-de-combate-a-violencia-domestica. Acesso em: 17 nov. 2018.

TJRO. Tribunal de Justiça de Rondônia. Coordenadoria de Comunicação Social do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Menos violência nos lares: Projeto Abraço entra no sétimo ano. *Revista Nossa Causa – Revista do Poder Judiciário de Rondônia*, p. 4-7, ago. 2016.

TUTTY, Leslie Maureen; BIDGOOD, Bruce; ROTHERY, Michael. Support groups for battered women: research on their efficacy. *Journal of Family Violence*, v. 8, n. 4, p. 325-343, 1993. doi.org/10.1007/BF00978097

VIEIRA, Helena. O caso David Reimer: John Money, ideologia de gênero e medicina. *Transfeminismo*, 6 jan. 2019 (publicado originalmente em 14 out. 2017). Disponível em: <https://transfeminismo.com/o-caso-david-reimer-john-money-ideologia-de-genero-e-medicina>. Acesso em: 11 jul. 2020.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. *A formação social da mente*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

XAVIER, Aline Portigo; TAMBORIL, Maria Ivonete Barbosa. Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher em Porto Velho-RO. In: Seminário Final do PIBIC/UNIR/CNPq – 2013/2014, 23., 2014, Porto Velho. *Anais [...]* Porto Velho: UNIR, 2014. p. 163.

WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don. Doing Gender. *Gender and Society*, v. 1, n. 2, p. 125-151, jun. 1987. doi.org/10.1177/0891243287001002002

Referências das epígrafes (na ordem citada)

hooks, bell. *Vivendo de amor*. Disponível em:
<http://www.olibat.com.br/documentos/Vivendo%20de%20Amor%20Bell%20Hooks.pdf>.
 Acesso em: 09 dez. 2020.

ALTARES, Guillermo. Agnes Heller: “A maldade mata, mas a razão leva a coisas mais terríveis”. *El País Semanal*, 2 set. 2017. Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/02/eps/1504379180_260851.html. Acesso em: 09 dez. 2020.

KÜCHLER, Adriana. Obras de feministas captam atual tensão racial nos EUA. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 ago. 2017. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/08/1913538-obras-de-feministas-captam-atual-tensao-racial-nos-eua.shtml>. Acesso em: 09 dez. 2020.

LISPECTOR, Clarice. Submissão ao processo. In: LISPECTOR, Clarice. *Aprendendo a viver*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. Tradução: Christina Baum. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

FORWARD, Susan. *Homens que odeiam suas mulheres e as mulheres que os amam: quando amar é sofrer e você não sabe por quê*. Tradução: Alfredo Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

SOLNIT, Rebecca. *A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LISPECTOR, Clarice. A fuga. In: LISPECTOR, Clarice. *A bela e a fera*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

APÊNDICE A. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Página 1 de 2

Você está sendo convidada/o a participar como voluntária/o da pesquisa **“Punir, coibir, prevenir: Narrativas de participantes do Projeto Abraço”**, que tem como objetivo analisar o Projeto Abraço a partir das narrativas de antigos/as participantes.

Nossa intenção é que esta pesquisa contribua para o conhecimento existente na temática de enfrentamento à violência contra mulheres, a partir das reflexões produzidas em nossa conversa com você. Assim, sua participação será por meio de uma entrevista individual gravada em áudio. As informações serão confidenciais, utilizadas somente para fins acadêmicos em eventos e estudos científicos, e seu nome não será divulgado. Depois que a pesquisa for finalizada, as gravações em áudio serão destruídas.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Como voluntário/a, você não receberá nenhuma espécie de pagamento, e pode, a qualquer momento e sem prejuízo algum, desistir de participar e retirar seu consentimento, bastando apenas comunicar ao pesquisador responsável.

Apesar de não podermos prever riscos e desconfortos que a entrevista poderá causar, acreditamos que as chances são mínimas, uma vez que seguiremos os Critérios de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, buscando controlar possíveis riscos. Ainda assim, salientamos que durante a conversa, se qualquer pergunta causar incômodo, você deve me comunicar, para decidirmos por alguma das providências: melhores explicações sobre os objetivos da entrevista, agendamento de outro horário (caso haja imprevistos), encerramento da participação no estudo.

Você não terá benefícios diretos. Porém, esperamos com o resultado desta pesquisa trazer informações que contribuam para o melhoramento das estratégias de enfrentamento à violência contra mulheres, o que pode beneficiar a sociedade como um todo, a qual é direta e indiretamente afetada pelos problemas relacionados à violência.

Abaixo estão os contatos para qualquer esclarecimento ou quaisquer comunicados:

Pesquisador responsável:

Bruno Henrique Lins Andrade.
Telefone: (69) XXXXX-XXXX.
e-mail: xxxxxxxxxxx@gmail.com

Orientadora: Dra. Maria Ivonete Barbosa
Tamboril. e-mail: xxxxxxxxxxx@unir.br

Entidade responsável: Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Fundação Universidade Federal de Rondônia (CEP/UNIR).

Telefone: (69) 2181-2111.

Endereço: Campus José Ribeiro Filho, BR 364, km 9,5 sentido Rio Branco.

e-mail: cep@unir.br

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone/e-mail do pesquisador responsável. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. É importante que você não assine este termo se ainda houver dúvidas. Desde já agradecemos sua participação.

Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____,
RG _____, abaixo assinado, declaro que fui anteriormente informada/o pelo pesquisador sobre os objetivos da pesquisa **“Punir, coibir, prevenir: Narrativas de participantes do Projeto Abraço”** e concordo em participar do estudo através de entrevista gravada em áudio. Estou ciente de que o meu nome será preservado, meus dados serão mantidos em caráter confidencial e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem prejuízo algum, bastando apenas comunicar ao pesquisador. Declaro que conheço os riscos e os benefícios e que recebi uma cópia deste termo de consentimento. Autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos para fins acadêmicos e científicos, de acordo com os princípios éticos.

Porto Velho, Rondônia, _____ de _____ de _____.

Assinatura da/o participante

Assinatura do pesquisador

APÊNDICE B. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Página 1 de 2

Você está sendo convidada/o a participar como voluntária/o da pesquisa **“Punir, coibir, prevenir: Narrativas de participantes do Projeto Abraço”**, que tem como objetivo analisar o Projeto Abraço a partir das narrativas de antigos participantes.

Nossa intenção é que esta pesquisa contribua para o conhecimento existente na temática de enfrentamento à violência contra mulheres, a partir das reflexões produzidas em nossa conversa com você. Assim, sua participação será por meio de uma entrevista individual gravada em áudio. As informações da entrevista poderão se tornar públicas, utilizadas para fins acadêmicos em eventos e estudos científicos, e seu nome poderá ser divulgado, aparecendo como chefe no Núcleo de Perícia Psicossocial do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Porto Velho. Depois que a pesquisa for finalizada, as gravações em áudio serão destruídas.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Como a participação é voluntária, você não receberá nenhuma espécie de pagamento, e pode, a qualquer momento e sem prejuízo algum, desistir de participar e retirar seu consentimento, bastando apenas comunicar ao pesquisador responsável.

Apesar de não podermos prever riscos e desconfortos que a entrevista poderá causar, acreditamos que as chances são mínimas, uma vez que seguiremos os Critérios de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, buscando controlar possíveis riscos. Ainda assim, salientamos que durante a conversa, se qualquer pergunta causar incômodo, você deve me comunicar, para decidirmos por alguma das providências: melhores explicações sobre os objetivos da entrevista, agendamento de outro horário (caso haja imprevistos), encerramento da participação no estudo.

Você não terá benefícios diretos. Porém, esperamos com o resultado desta pesquisa trazer informações que contribuam para o melhoramento das estratégias de enfrentamento à violência contra mulheres, o que pode beneficiar a sociedade como um todo, a qual é direta e indiretamente afetada pelos problemas relacionados à violência.

Abaixo estão os contatos para qualquer esclarecimento ou quaisquer comunicados:

Pesquisador responsável:

Bruno Henrique Lins Andrade
Telefone: (69) XXXXX-XXXX
e-mail: xxxxxxxxxxx@gmail.com

Orientadora:

Dra. Maria Ivonete Barbosa Tamboril
e-mail: xxxxxxxxxxx@unir.br

Entidade responsável: Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Fundação Universidade Federal de Rondônia (CEP/UNIR). Telefone: (69) 2181-2111
Endereço: Campus José Ribeiro Filho, BR 364, km 9,5 sentido Rio Branco.
e-mail: cep@unir.br

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone/e-mail do pesquisador responsável. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. É importante que você não assine este termo se ainda houver dúvidas. Desde já agradecemos sua participação.

Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____, RG _____, abaixo assinado, declaro que fui informada/o pelo pesquisador sobre os objetivos da pesquisa **“Punir, coibir, prevenir: Narrativas de participantes do Projeto Abraço”** e concordei em participar do estudo através de entrevista gravada em áudio. Estou ciente de que o meu nome poderá aparecer na pesquisa, identificada como chefe no Núcleo de Perícia Psicossocial do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Porto Velho, e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem prejuízo algum, bastando apenas comunicar ao pesquisador. Declaro que conheço os riscos e os benefícios e que recebi uma cópia deste termo de consentimento. Autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos para fins acadêmicos e científicos, de acordo com os princípios éticos.

Porto Velho, Rondônia, ____ de _____ de 2020.

Assinatura da/o participante

Assinatura do pesquisador

APÊNDICE C. Roteiro para entrevista com egressa.

Você pode me contar como foi encaminhada ao Projeto Abraço?

(Investigar o episódio que gerou a denúncia e os encaminhamentos jurídicos incluindo a participação no grupo, se/como o processo foi encerrado)

Quando você terminou o projeto? Como sua vida têm sido desde então?

(Especificamente buscando informações sobre os relacionamentos íntimos)

Como eram as reuniões?

(Informações sobre a dinâmica de realização e facilitação do grupo, o que acontecia durante os encontros, como se davam as relações entre os participantes e destes com os facilitadores)

Os temas da reunião, você lembra? O que era dito?

(Explorar as lembranças sobre as temáticas)

Que tema mais te chamou atenção?

(Buscando informações retidas, bem como o que os participantes acharam mais importante)

Houve algum acontecimento marcante no grupo durante sua participação?

(Buscando memórias impactantes)

Além da reunião, você participou de outros atendimentos?

(Entender se, além da participação nos grupos, outros tipos de atendimentos realizados pelos profissionais da Psicologia e do Serviço Social colaboraram para quem foi atendido)

Como foi participar desse projeto? Qual sua opinião sobre ele?

(Sentimentos e entendimentos despertados ao longo da participação nas reuniões e pelo contato com os profissionais e os outros participantes, e a visão pessoal sobre este acompanhamento)

Você acha que houve mudanças em sua vida decorrente da sua participação nas reuniões em grupo?

(Explorar o que é considerado consequência da participação nos grupos; se forem trazidas consequências positivas, explorar se/que outros aspectos também influenciaram)

O que você pensa sobre a violência contra mulheres? Antes de participar do grupo, sua visão era a mesma?

(Ainda buscando aprendizados decorrentes da participação)

O que você diria sobre o atendimento no Juizado? Tem alguma sugestão para a melhoria dos serviços?

(Opinião sobre o serviço oferecido e possíveis sugestões)

APÊNDICE D. Temas para entrevista com a chefe do PVHNPPS.

História do Projeto Abraço

Metodologia do Projeto Abraço

Atividades inclusas no Projeto Abraço

Encaminhamento para participação no Projeto

Rede de Atendimento em Porto Velho

Capacitação para profissionais

Funcionamento do Projeto na pandemia

APÊNDICE E. Termo de anuência da instituição.

**Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO)
Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher
Comarca de Porto Velho**

Senhor Juiz,

Eu, Bruno Henrique Lins Andrade, estudante do Mestrado Acadêmico em Psicologia (MAPSI) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), orientado pela professora Dra. Maria Ivonete Barbosa Tamboril, venho solicitar autorização para a realização da pesquisa “Punir, coibir, prevenir: Narrativas de participantes do Projeto Abraço”, que possui como objetivo principal analisar os resultados do Projeto Abraço a partir das narrativas de pessoas que já participaram desta intervenção.

Sua autorização está condicionada à aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da universidade acima citada, regida pela legislação em vigor sobre a temática, isto é, as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde n. 466/2012 e n. 510/2016, e regulamentações correlatas. Este colegiado está localizado no Campus José Ribeiro Filho, BR 364, quilômetro 9,5 sentido Rio Branco, podendo também ser contatado pelo telefone (69) 2182-2199 ou pelo e-mail: cep@unir.br.

Nesta oportunidade, esclareço que a finalidade desta pesquisa é contribuir para a avaliação das políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres na capital de Rondônia. Igualmente, informo que a pesquisa será construída pelas narrativas de pessoas que participaram do Projeto Abraço, realizado nesta instituição, obtidas por meio de entrevistas com homens e mulheres que foram acompanhados no mesmo. Comunico também que as informações produzidas serão utilizadas para fins científicos, mantendo o anonimato de quem porventura vier a participar, e que não serão utilizadas em prejuízo desta instituição ou das pessoas envolvidas.

Assim, tornamos ciente esta instituição de suas corresponsabilidades como copartícipe desta pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar das pessoas que vierem dela a participar, dispondo da infraestrutura necessária para tal.

Autorização

Eu, ÁLVARO KALIX FERRO, juiz titular do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Porto Velho, autorizo a realização da pesquisa, conforme os termos acima mencionados.

Porto Velho, _____ de _____ de 2019.

APÊNDICE F. Termo de anuência da instituição.

**Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Serviço de Psicologia Aplicada (SPA)**

Senhora Coordenadora do Serviço de Psicologia Aplicada da UNIR,

Eu, Bruno Henrique Lins Andrade, estudante do Mestrado Acadêmico em Psicologia (MAPSI) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), venho solicitar autorização para uso das salas de atendimento deste Serviço de Psicologia Aplicada, localizado à Avenida Presidente Dutra, n. 2965, Centro de Porto Velho, Rondônia.

Informo que a utilização das salas acontecerá mediante pré-agendamento conforme os horários disponíveis na clínica, e que a finalidade é a realização de entrevistas individuais que compõem uma parte do projeto de pesquisa “Punir, coibir, prevenir: narrativas de participantes do Projeto Abraço”, desenvolvido sob minha responsabilidade e orientação da professora Dra. Maria Ivonete Barbosa Tamboril.

Autorização

Eu, _____,
coordenadora do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), autorizo a utilização das salas de atendimento pelo acadêmico Bruno Henrique Lins Andrade, conforme os termos acima mencionados.

Porto Velho, _____ de _____ de 2019.